

CADERNOS DE TEXTOS

NÚMERO

6



ANAMPOS

RELATÓRIO DOS ENCONTROS NACIONAIS
(a concepção e o papel estratégicos do
Movimento Sindical e Popular
1980 a 1989)

CENTRO DE FORMAÇÃO IRMÃ ARAÚJO

Rua: Dr. Murici, 542 - 906 - Fone: 225.52.11 - Curitiba

CADERNOS DE TEXTOS

1. CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES (47 págs.)
2. PLANO DIRETOR URBANO (23 págs.)
3. CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES - Fascículo 2 (38 págs.)
4. RELATÓRIO DA I PLENÁRIA NACIONAL DOS MOVIMENTOS POPULARES (38 págs.)
5. PROJETO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO POPULAR - PIEP (28 págs.)
6. ANAMPOS - RELATÓRIO DOS ENCONTROS NACIONAIS (72 págs.)
- A Concepção e o Papel Estratégicos do Movimento Sindical e Popular - 1980 a 1989
7. CONCEPÇÕES DE MOVIMENTO POPULAR (46 págs.)
8. MOVIMENTOS POPULARES NO BRASIL (57 págs.)
- Histórico, Bandeiras e Eixos de Luta
9. CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES - Fascículo 3 (29 págs.)
- Depoimentos e Propostas de Estruturas
10. MOVIMENTO POPULAR E SUBJETIVIDADE
- A Revolução do Cotidiano
11. RELATÓRIO DA II PLENÁRIA ESTADUAL DOS MOVIMENTOS POPULARES (1991) - (31 págs.)
12. RELATÓRIO DA II PLENÁRIA NACIONAL DOS MOVIMENTOS POPULARES (1991) - (32 págs.)
13. PENA DE MORTE - Fascículo 1 (80 págs.)

CENTRO DE FORMAÇÃO IRMÃ ARAÚJO
Rua Dr. Muricy, 542 - Sala 906
CEP 80139 CURITIBA - PARANÁ
Fone: (041) 225.5211

APRESENTAÇÃO

Neste caderno de textos No. 6 estão reunidos os relatórios dos Encontros da ANAMPDS. São dez anos de reflexões a partir das lutas dos movimentos sindicais e populares.

O período de 80 a 89 foi marcado pela ascensão dos movimentos de massa, pelo fim da ditadura, pela reorganização do movimento sindical, o surgimento de partidos políticos comprometidos com o interesse das classes trabalhadoras e a gestação de novos projetos políticos para o país.

Derrubando a Ditadura, passando pelo governo populista de Sarney e deparando-se com o neo-liberalismo e o projeto político democrático-popular, os movimentos sociais viveram conjunturas extremamente diferentes neste período. Estratégias e táticas foram elaboradas para o enfrentamento das lutas.

Neste processo a ANAMPDS desempenhou um importante papel na fundação e construção da CUT, bem como no processo de construção da Central de Movimentos Populares. Foi no interior da ANAMPDS, a partir da reflexão das lutas populares, que se explicitou os elementos básicos da concepção estratégica de movimento popular.

Nestes oito documentos encontram-se análises de conjuntura dos diversos períodos da década de 80, os desafios, estratégias e táticas dos movimentos populares e sindicais, suas bandeiras de luta, o debate acerca das propostas organizativas para os movimentos. Enfim, elementos significativos da história recente dos movimentos sociais no Brasil.

Euclides André Mance (org.)

ANAMPOS

Articulação Nacional
dos Movimentos Populares e Sindicais.

I Encontro
DOCUMENTO
DE MONLEVADE

pág. 5
Fevereiro/1980

II Encontro
DOCUMENTO
DE SAO BERNARDO

pág. 10
Julho/1980

III Encontro
DOCUMENTO
DE VITORIA

pág. 17
Junho/1981

IV Encontro
DOCUMENTO
DE GOIANIA

pág. 23
Julho/1982

V Encontro
DOCUMENTO
DE SAO PAULO

pág. 29
Maio/1984

VI Encontro
DOCUMENTO
DE VITORIA

pág. 37
Setembro/1985

VII Encontro
DOCUMENTO
DE MENDES

pág. 44
Setembro/1987

VIII Encontro
DOCUMENTO
DE BELO HORIZONTE

pág. 56
Agosto/1989

DOCUMENTO DE MONLEVADEPROPOSIÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO SINDICALI - INTRODUÇÃO1 - A Natureza do Encontro de João Monlevade

Esta reunião se fez com a convocação de alguns dirigentes sindicais, não todos. Os que foram chamados aqui, a convite do Sindicato dos Metalúrgicos desta cidade, reuniram-se não pela identificação com determinadas correntes ou partidos políticos; o critério que presidiu a seleção dos convidados foi congregar dirigentes sindicais que tivessem, em comum, a preocupação de definir caminhos para a atuação sindical e a consciência de que o exercício do mandato sindical envolve o compromisso de se colocar a serviço da categoria. Outrossim, participaram como convidados pessoas vinculadas à luta da classe trabalhadora, através de movimentos como a Pastoral Operária e atividades comunitárias de base.

O que se pretendeu nesse encontro não foi uma réplica ou censura a encontros anteriores: ele teve tão somente uma intenção positiva, resultar em identificação de estratégias, metas e princípios consensualmente aceitos, para alterar qualitativamente as formas de atuação sindical, tendo em vista seu revigoreamento buscando a adesão de outros setores atuantes no campo e na cidade.

2 - O Modelo Econômico e suas Formas de Sustentação

Todo um projeto de dominação se implantou meticulosamente no país a partir de 1964, em função dos interesses das empresas multinacionais, garantidos através de: arrocho salarial, barateamento da mão-de-obra pela extinção da estabilidade, obstrução dos instrumentos de luta de classe, repressão permanente, inclusive dentro das fábricas e na zona rural, liberalização da remessa de lucros, criação do FGTS. Para o controle dos Sindicatos não foi necessário o apelo a nenhum jurista de plantão; a legislação sindical que já existia e continua em vigor até hoje, dava ao governo os instrumentos necessários. Buscou-se criar, finalmente, uma sociedade de consumo para os bens e serviços sofisticados que nada tinham a ver com as reais necessidades do povo - afim de permitir o desenvolvimento das multinacionais.

Ora, a criação deste mercado, com capacidade de consumo ajustada à produção industrial em escala, num país basicamente pobre, só era viável a partir da concentração da renda nacional numa pequena faixa da população, com o violento empobrecimento de uma faixa mais larga.

O repressivo achatamento salarial não foi, pois, consequência de algumas faltas na implantação do modelo econômico; pelo contrário, foi um dado previamente avaliado e calculado, com que se jogou para construí-lo.

Essa pequena faixa da classe média alta, mais a burguesia empresarial nacional, para quem se reservou parcela do bolo das multinacionais, passaram a constituir, então, a sustentação política do regime. Precisava ele, porém, para manter-se, de reprimir os anseios da larga faixa da população programaticamente excluída do bolo.

A coesão das forças armadas em torno do regime passou a ser assim, essencial à sua sustentação; a heterogeneidade das camadas sociais de que provinham os oficiais, entretanto, poderia ser um dado de desajustamento... com o modelo. Em função pois, do segmento armado da Nação, foi necessário buscar um suporte ideológico para o regime, o qual resultou numa doutrina de Segurança Nacional. Ao lado disso, - e não deve ser surpresa para ninguém, - grande parte da intelectualidade brasileira, desvinculada da prática social das classes populares, foi facilmente cooptada pelo regime.

De sorte que, com tal nível de sustentação e apoio, o modelo implantado é dificilmente alterável pelas vias a seguir analisadas.

- a) por via de transação política - Pelo livre jogo das forças políticas geradas pela burguesia, jamais se conseguirá alterá-lo. Primeiro porque, dentro de uma colocação previamente definida, admite-se oposição ao Governo mas não ao regime; - e o modelo, em função da ideologia dominante, é inerente ao regime. Assim, admite-se na cena política a presença de partidos de oposição, e setores - mais liberais chegam a admitir até mesmo que um partido de oposição conquiste o governo - desde que seja oposição "confiável", isto é, que não altere o regime.
- b) por via de um vanguardismo político desvinculado das bases populares e arvorado em direção dos trabalhadores ou de um espontaneísmo que considerasse a fome do povo e agitação estranha à classe, fatores determinantes na conquista de um novo regime social cujo poder esteja efetivamente nas mãos dos trabalhadores do campo e da cidade.

Não se pode aceitar o poder político como um monopólio da classe dominante. O que se quer, em última instância, é construir uma sociedade dirigida pelos trabalhadores, e voltada para as aspirações de justiça das classes populares. Entretanto, o momento atual exige que este objetivo seja buscado através de lutas programadas e de campanhas que levem o trabalhador a conquistar sua liberdade, seus direitos e sua esfera de participação na vida política do País.

Na verdade, a mobilização da classe trabalhadora é a única força política capaz de, efetivamente, estabelecer condições de oposição ao próprio regime. Essa mobilização política exige ações táticas e estratégicas que, dentro de determinada conjuntura, não descartam inclusive a atuação na esfera parlamentar, embora se reconheça que, para os trabalhadores da cidade e do campo, ela não é determinante na mudança social.

O movimento sindical detém considerável potencial de organização e mobilização social, capaz de opor-se ao aparato de segurança do poder, em condições de ameaçar a estabilidade de seus detentores e levá-los a dobrarem-se frente às exigências dos trabalhadores do campo e da cidade.

ANÁLISE DA ATUAÇÃO POLÍTICA

Há indiscutíveis elementos inibidores da atuação sindical - interno e externos. Internamente, ela é inibida pelo fato inquestionável de que a maioria dos sindicatos está nas mãos de dirigentes acomodados, pelegos sem quaisquer vínculos com a categoria. Externamente, inibe-a a legislação repressiva que estreita a margem de atuação dos sindicatos, na medida em que a atuação dos trabalhadores está sob a permanente ameaça de "cassação branca" e de perseguições e represálias patronais de toda ordem.

A atuação sindical é dificultada também, pela atitude por vezes irracional de intolerância e sectarismo de certos setores ligados ao movimento sindical

É inegável no entanto, para a luta dos trabalhadores, a contribuição da oposição sindical quando esta tem origem nas bases das categorias e considere o sindicato o legítimo órgão de representatividade da classe. É indispensável, portanto, a democratização da estrutura interna e a participação da categoria no sindicato, de modo a torná-lo um órgão a serviço de suas bases, evitando atitudes que neguem a sua legitimidade como órgão de representação da categoria.

O quadro é até aqui pessimista - a conclusão deve igualmente ser negativa? Não. E não porque a realidade mostra exemplos de recentes movimentos populares vitoriosos. O que prova que, mesmo na situação atual, mesmo nos estreitos limites da "legalidade formal" vigente, a atuação sindical vem conquistando maior espaço de liberdade popular e forçando, na prática, a "abertura". Ao invés de creditar os êxitos somente ao magnetismo de lideranças e de debitar os malogros à legislação e ao regime repressivos, será mais construtivo procurar também, na observância ou não a certos princípios e estratégias de atuação a causa das nossas vitórias ou derrotas, bem como em outros fatores conjunturais e na avaliação correta da realidade.

Partindo, pois, destas convicções: 1) há espaços para a atuação sindical e condições de ampliá-los; 2) a atuação sindical pode obter algumas alterações - no modelo econômico de concentração de renda - alinhem-se seguir, ordenadamente, os princípios, as metas e as estratégias sugeridas para a atuação sindical.

Propõe-se aqui, um modesto e programático PLANO DE AÇÃO.

PROGRAMA DE AÇÃO

PRINCÍPIOS NORTEADORES DA AÇÃO SINDICAL

- a) buscar a unidade do sindicato mediante o convívio democrático com as oposições.
- b) agir sempre em função das necessidades e da vontade das bases e conscientizá-las com relação a seus problemas.
- c) jamais vincular o sindicato a partido político, pois choca-se com os princípios da liberdade, da autonomia e da unidade sindicais a sua subordinação a um partido.
- d) ampliar e aperfeiçoar, de modo permanente, os laços intersindicais para dar unidade a reivindicações básicas, visando a criação de organismos que promovam a integração dos trabalhadores da cidade e do campo a nível regional e nacional.
- e) democratizar a estrutura interna e a participação da categoria no sindicato, de modo a torná-lo um órgão a serviço de suas bases, estimulando o surgimento e novas lideranças.
- f) sempre que se lançar em campanhas por vantagens imediatas, buscar incluir reivindicações políticas de caráter duradouro.
- g) incentivar a articulação entre as lutas do movimento sindical com as lutas do movimento popular (bairro, terra, etc...), na cidade e no campo.

METAS

- a) arquivamento do anteprojeto da CLT elaborado pelo Governo.

- b) fim da CLT e elaboração de um Código de Trabalho que preveja:
- b.1. Contrato Coletivo de Trabalho em substituição ao Contrato Individual de Trabalho
 - b.2. Liberdade e autonomia sindicais de acordo com a Convenção 87 da CLT, preservado o princípio da unidade sindical.
 - b.3. Estabilidade no emprego, a partir do contrato de trabalho.
- c) derrogação da legislação reguladora da greve e emenda constitucional que permita seu pleno exercício, sem lei ordinária que a regule.
- Obtidas as alterações acima, implanta-se a filosofia de que no campo trabalhista, a negociação direta será a fonte primeira - das normas reguladoras do trabalho, excluindo-se a presença do Estado, através do Executivo nas relações Capital X Trabalho.
- d) participação efetiva nas empresas com a eleição de representação por trabalhadores, visando se ter acesso, analisar e discutir todas as medidas empresariais, criando formas de controle das condições de trabalho, das dispensas, da disciplina e de todos os assuntos que lhes interessa diretamente.
- e) participação nos lucros da empresa segundo critérios a serem estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho.
- f) busca de um organismo nacional de coordenação das atividades sindicais, criado a partir das bases, o qual representará os sindicatos em seu relacionamento com organismos internacionais.
- g) extensão do voto direto a todas as instâncias da representação sindical, com direitos iguais das partes concorrentes no processo eleitoral.

3 - Estratégias

Os sindicatos que julgarem conveniente a identificação com os princípios e metas aqui apresentadas, buscarão desenvolver de imediato:

- a) permanente trabalho de mobilização e conscientização das bases, mesmo quando não esteja prevista qualquer campanha.
- b) observação minuciosa entre os membros da categoria, detectando - possíveis vocações para lideranças, no sentido de estimulá-las e treiná-las, a fim de renovar e ampliar as lideranças sindicais. Seria recomendável que os sindicatos instituísem, em caráter permanente, treinamento de lideranças sindicais.
- c) idêntico trabalho de observação junto a quadros de sindicatos não identificados com esses propósitos, a fim de, localizadas lideranças afinadas com esses objetivos, assessorá-las na luta pela conquista do seu sindicato, com o conseqüente afastamento de direções pelegas.
- d) no momento oportuno - depois que avaliações objetivas tiverem concluído pela viabilidade prática - decretar a greve de solidariedade, sempre de duração simbólica (um dia, uma hora), tendo em vista a defesa dos interesses dos trabalhadores.
- e) organizar diversas formas de luta, no sentido de se obter ampliação dos direitos do trabalhador da cidade e do campo, inclusive - pressionando o Poder Legislativo.

- f) institucionalizar mecanismos de consulta, de troca de experiências, de análise e de planejamento da atuação sindical, na forma de seminário, congresso ou encontro de realização periódica e pré-fixada (trimestral, semestral ou anual), o qual seria o embrião de uma futura organização intersindical, que, portanto, começaria a funcionar, na prática, a partir das bases, antes de existir formalmente.
- g) criar mecanismos que possibilitem a formação do Fundo de Greve e de recursos necessários às lutas da categoria, sem interferência do controle do Estado.
- h) buscar e apoiar assessorias qualificadas que, a exemplo do DIEESE e a serviço do sindicato, ajudem a classe em suas lutas e metas, especialmente por ocasião das negociações coletivas.

FINALIZANDO:

Os participantes do Encontro de João Monlevade, dirigentes sindicais, líderes operários e militantes do movimento popular - comprometem-se a encaminhar essas proposições às bases, a fim de que sejam discutidas. Todavia, reconhecem nessas proposições, pontos fundamentais que asseguram a sua unidade de ação na atual conjuntura e norteiam os seus passos futuros na luta. Propõem-se, desde já, multiplicar os encontros como este, a fim de articular o movimento popular engajado na busca da libertação integral do povo brasileiro.

João Monlevade, 09 de fevereiro de 1980.

- SINDIPETRO - Cubatão
- SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SANTOS
- PASTORAL OPERÁRIA DE JOÃO MONLEVADE
- ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DOS SOCIÓLOGOS
- SINDICATO DOS MÉDICOS DO ESPÍRITO SANTO
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS URBANAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
- METALÚRGICO RIO
- PASTORAL OPERÁRIA DE CAXIAS DO SUL
- SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DE MINAS GERAIS
- SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS CAETE
- SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DE MINAS GERAIS
- ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL
- PRESIDENTE ELEITO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE PORTO ALEGRE (cuja diretoria com mandato a findar-se em outubro de 1981, está no momento afastada da direção do sindicato)
- S.T.M. - J.M.
- SINDICATO SECURITÁRIOS DE PERNAMBUCO
- SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO E DIADEMA
- SINDICATO EMPREGADOS ESTABELECEMENTOS BANCÁRIOS SP
- SINDICATO BANCÁRIOS BELO HORIZONTE
- SINDICATO TRABALHADORES METALÚRGICOS JOÃO MONLEVADE
- UNIÃO DOS TRABALHADORES DO ENSINO DE MINAS GERAIS
- TRABALHO DE PASTORAL POPULAR JOÃO MONLEVADE
- MEMBRO DA PASTORAL OPERÁRIA DA DIOCESE DE SANTO ANDRÉ (SP) E ASSESSOR DE COMUNIDADES DE BASE
- ASSESSOR JURÍDICO DOS METALÚRGICOS JOÃO MONLEVADE
- ADELAR D. DAVID
- ANTONIO DE FARIA LOPES
- JOAQUIM ARNALDO
- AGOSTINHO PRETTO
- ANIZIO B. DE OLIVEIRA

IIº ENCONTRO NACIONAL ENTRE DIRIGENTES SINDICAIS E MILITANTES DO MOVIMENTO POPULAR

TABOÃO DA SERRA, 4 a 6 de JULHO DE 1980

INTRODUÇÃO

Dirigentes sindicais e militantes do movimento popular brasileiro, reunidos em Taboão da Serra, SP, nos dias 4, 5 e 6 de julho de 1980, discutiram, elaboraram e aprovaram os textos aqui reunidos.

Este encontro realizou-se em continuidade ao de João Monlevade, MG ocorridos nos dias 7, 8 e 9 de fevereiro deste ano, do qual saiu o texto "Proposições para o Fortalecimento da Atuação Sindical", mais conhecido como Documento de Monlevade. Naquela ocasião, marcou-se a data deste encontro, a ser realizado em São Bernardo do Campo, SP, sob responsabilidade dos companheiros do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Devido às consequências da recente greve do ABC, não foi possível a reunião em São Bernardo. Entretanto, em homenagem aos metalúrgicos desta cidade, que travaram a mais significativa luta do movimento operário brasileiro, decidiram os participantes deste encontro entitular os textos aqui reunidos de Documento de São Bernardo.

Em João Monlevade, os participantes escolheram alguns companheiros que ficaram encarregados de incentivar a promoção de encontros semelhantes nas diversas regiões do país, propiciando assim a interrelação entre militantes do movimento popular brasileiro. Três companheiros de São Paulo foram indicados para cuidar da realização deste segundo encontro nacional.

Foram temas básicos deste segundo encontro:

- A RELAÇÃO ENTRE PARTIDO POLÍTICO E MOVIMENTO POPULAR
- OS RUMOS DO SINDICALISMO BRASILEIRO, NA CIDADE E NO CAMPO

O DOCUMENTO DE SÃO BERNARDO quer ser apenas um instrumento de reflexão dos militantes e setores do movimento popular, dentro da atual conjuntura do país. A crítica construtiva do movimento popular saberá, sem dúvida, enriquecê-lo.

A RELAÇÃO ENTRE PARTIDO POLÍTICO E MOVIMENTO POPULAR

1. O MOVIMENTO POPULAR

1.1. Por movimento popular entendemos todas as formas de mobilização e organização de pessoas das classes populares diretamente vinculadas ao processo produtivo, tanto na cidade quanto no campo. São movimentos populares as associações de bairros da periferia, os clubes de mães, as associações de favelados, os grupos de loteamento clandestino, as comunidades de base, os grupos organizados em função da luta pela terra e outras formas de lutas e organização populares. É também parte integrante do movimento popular o movimento sindical que, pela sua própria natureza, possui um caráter de classe definido pelas categorias profissionais que o integram.

1.2. Nos últimos anos o movimento sindical tem encontrado nos bairros, animados pelos movimentos populares, um campo de apoio e de trabalho decisivo à sua organização e lutas. Ao mesmo tempo, a repressão e o controle direto nos ambientes de trabalho, fazem com que o bairro seja um local de mobilização do próprio movimento sindical. Nesta interrelação, o movimento popular adquire sempre mais um caráter de classe, pois assume como suas lutas dos trabalhadores.
Foi o que se viu recentemente na greve do ABC paulista.

2. A NECESSIDADE DO PARTIDO POLÍTICO

- 2.1. As lutas reivindicatórias travadas nos últimos anos, pelo movimento popular nos bairros, na zona rural e nos sindicatos, revelam a necessidade de um canal de representação, mobilização e expressão política. A estrutura social agravada pela conjuntura do país impõe, às classes populares a necessidade de articularem suas lutas específicas com a luta política entendida, não apenas como atuação parlamentar, mas sobretudo como um fator de organização das classes populares capazes de em busca de sua libertação, transformarem o sistema político-econômico e social que nos domina e criarem seu próprio projeto social alternativo.
- 2.2. Chamamos de partido político a este canal de expressão, mobilização e representação política, capaz de contribuir para a libertação das classes populares. Frequentemente encontramos no movimento popular certos preconceitos quanto a questão do partido político, como "o partido não é necessário", "quem está em partido não deve estar em movimento popular", "partido é para políticos e nós da base nada temos a ver com isso"... Entre as causas deste preconceito situa-se a tradição política das classes dominantes, fomentando a política do clientelismo, dos currais eleitorais, do coronelismo, do populismo e da demagogia em véspera de eleições. Em defesa de seus interesses a ideologia dominante, manipulada pelos partidos políticos com acesso aos instrumentos do poder, incutiu em grande parcela de nosso povo a idéia de que "política é coisa de políticos", entendida como os membros das classes dominantes que "em nome do povo", exercem o poder. Em contrapartida, o povo estava excluído do poder e não deveria preocupar-se com a instância política; bastava votar delegando sua representação aos políticos profissionais burgueses, e tudo mais viria por acréscimo...

Uma causa do preconceito político do movimento popular é a maneira como certos setores, teoricamente identificados com este movimento, procuram "politizá-lo", ou seja, de fora para dentro ou de cima para baixo, como seres dotados de toda ciência política a ser mecanicamente infundida na consciência popular...

- 2.3. Romper este preconceito é contribuir para que o movimento popular crie os seus próprios instrumentos de luta política, eis um desafio urgente que se apresenta na atual conjuntura brasileira.

3. A EDUCAÇÃO POLÍTICA

- 3.1. Faz-se urgente desenvolver junto aos movimentos populares, um intensivo trabalho de educação política que desperte o operário, o trabalhador rural, a dona de casa e demais pessoas do povo, para o direito inalienável à sua condição de cidadão que é o de ativa participação na vida política do país, inclusive na vida partidária.
- 3.2. Cabe à educação política criar consciência de que este direito é exercido dentro de um processo de engajamento social que, sem ser excludente - passa por diferentes etapas, desde a mais simples luta pela água no bairro ou pela defesa da posse da terra até à elaboração de um projeto político alternativo. A atividade partidária não deve ser exclusiva e jamais desvinculada do trabalho de base e da inserção do militante nos movimentos populares.
- 3.3. Através da educação política, isenta de qualquer proselitismo e de discussões centradas em siglas, o militante encontrará os critérios que lhe permitem equilibrar sua atuação no movimento popular com sua atuação nas esferas do partido.

4. O PARTIDO POLÍTICO

- 4.1. As classes populares devem ter o seu partido político cujos princípios - norteadores tenham suas raízes na prática, inclusive histórica dos movimentos populares, tendo em vista a tomada do poder a serviço da construção de uma sociedade sem opressores e oprimidos.

4.2. Caráter do partido político:

- a prática democrática, com ampla participação dos trabalhadores da cidade e do campo e demais pessoas do povo, em cujas mãos deve estar o poder de decisão;
- assumir os interesses populares;
- promover a organização política das classes populares observando e respeitando as prioridades e especificidades regionais;
- instrumento das lutas populares;
- não pretender ser o único instrumento de unificação política das lutas populares e buscar representar, sempre mais as aspirações objetivas da classe trabalhadora;
- não pretender fixar-se somente na luta parlamentar ou dar prioridade a ela.

5. A RELAÇÃO ENTRE PARTIDO POLÍTICO E MOVIMENTOS POPULARES

- 5.1. O partido político deve respeitar a autonomia dos movimentos populares, sem pretender torná-los meros reflexos de sua atuação ou extensão de suas esferas.
- 5.2. O partido político não deve atrapalhar o movimento popular nem pretender ser o seu tutor. Antes, o partido político deve fazer ressoar a voz dos movimentos populares, coordenando seu ritmo de atividades com o ritmo próprio dos movimentos populares.
- 5.3. A luta partidária não deve ser confundida com a luta sindical. Ao pretender unificar as bandeiras de luta levantadas no campo e na cidade, o partido não deve pretender açambarcar os movimentos que encarnam ou hasteiam essas bandeiras.
- 5.4. Devem os militantes do movimento popular comparar a prática política dos partidos com seus respectivos programas; avaliar se o partido coloca-se a serviço do movimento popular e não vice-versa, se caminha rumo ao poder exercido pelas classes populares, se desenvolve trabalho de educação política nas bases.
- 5.5. O partido é um dos instrumentos de luta das classes populares e deve evitar todo o risco de exclusividade absoluta assumindo as decisões de base ainda que elas não estejam em seu programa.
- 5.6. O partido deve estar presente principalmente no dia-a-dia dos trabalhadores, da cidade e do campo, assegurando a expressão e a consolidação política de seus anseios e esperanças.

RUMOS DO SINDICALISMO BRASILEIRO NA CIDADE E NO CAMPO

Nos últimos anos o movimento sindical, da cidade e do campo, reasumiu a sua luta tendo em vista a emancipação dos trabalhadores frente ao sistema opressor, marcado pela exploração do trabalho pelo capital. Porém, foi somente no decorrer da recente greve do ABC que se evidenciou a necessidade de interligação dos movimentos populares, pela natureza comum de seus objetivos, embora, por algum tempo caminhassem isoladamente.

Tal conjuntura naturalmente propiciou uma atuação mais abrangente, tendo em vista a necessidade de uma interligação efetiva e dinâmica, tanto dos sindicatos como dos movimentos populares. E ela se faz necessária sobretudo, quando nos deparamos com uma frente formada de patrões e governo - aliança que ficou ainda mais clara nos últimos episódios do ABC e nas demais lutas populares - em decorrência de um objetivo comum: a exploração brutal dos trabalhadores brasileiros.

A constatação desse quadro mostra, então, que a emancipação do trabalhador se efetivará no momento em que sindicatos e outros movimentos populares avançarem para uma organização sólida e decidida, fixando-se o principal ponto de apoio de suas lutas, num processo constante e permanente.

1. AS NOVAS LIÇÕES DA LUTA SINDICAL

O avanço das lutas e da organização dos trabalhadores, particularmente na região do ABC, defrontou-se com uma falsa abertura política e com a repressão indiscriminada por parte do governo e dos patrões (nacionais e estrangeiros). Colocou, na prática, a necessidade da luta sindical, através do fortalecimento da organização dos trabalhadores nas bases, de um maior entrosamento dos sindicatos (a nível municipal, regional, nacional e internacional) e de maior aproximação destes com os outros movimentos populares.

A atuação por dentro dos sindicatos é que deve encaminhar a luta sindical, numa prática onde as lideranças estejam sempre em sintonia com as bases no sentido de se fazer um trabalho permanente de informação, mobilização e organização da categoria, não se limitando somente aos períodos de campanha salarial.

A direção sindical deve ser um instrumento dos interesses e das decisões tomadas pela sua base mobilizada e organizada. Essa postura é necessária para que as bases não se tornem dependentes das direções e possam, na falta destas, substituí-las sem maiores prejuízos para a luta. Assim, o sindicalismo deve ser praticado em todos os locais possíveis: começando nos locais de trabalho, passando pelas mobilizações de bairro e terminando no sindicato, para se dar uma maior força e unidade na luta.

O Governo está jogando com o paternalismo e o assistencialismo, tanto no campo como na cidade, comprometendo o movimento sindical. O Governo e os patrões criam todo tipo de dificuldade para a formação de entidades livres e independentes. Assim, através da prática da luta reivindicatória, os trabalhadores percebem a íntima ligação que existe entre Governo e Empresa. Percebem também de que lado se encontram certos dirigentes sindicais, que preferem o conforto de seu gabinete a estarem no local de trabalho junto com o trabalhador. Em função desses tipos de prática, facilitadas pela atual estrutura sindical, têm surgido as oposições sindicais que, quando saídas do seio das categorias, não só contribuem nas lutas dos trabalhadores, como também, para que existam sindicatos autênticos.

Nas últimas greves evidenciou-se a importância dos outros movimentos populares para o fortalecimento do movimento sindical autêntico. Ressaltem-se as campanhas de solidariedade e o fundo de greve, que partiram de diversos setores e movimentos sociais.

A garantia de um movimento grevista não se prende tão somente nas decisões das vanguardas que, por mais consequentes que sejam, devem se ater às decisões emanadas de toda a categoria. Da mesma forma, o piquete não pode ser encarado como base de sustentação de uma greve ou mesmo razão máxima da greve, e sim, como mais um dentre outros componentes dela.

Ainda deve ser lembrado e levado em consideração o fato do atropelamento da diretoria pela base que, em muitos momentos, tem se mobilizado e avançado em suas greves, deixando claro que os trabalhadores estão adquirindo uma consciência de classe desmascarando, na prática, o manobristo e o imobilismo de muitas direções sindicais, escoradas na atual estrutura.

2. COMO INTERLIGAR O MOVIMENTO SINDICAL COM AS OUTRAS ORGANIZAÇÕES POPULARES

2.1. Dentro do princípio de que o movimento sindical não deve isolar-se dos outros movimentos populares, mas considerar-se parte deles, existe a necessidade urgente de rompermos com preconceitos, tanto do movimento sindical como dos demais movimentos populares difundidos pela ideologia dominante e que em nada contribuem para a efetivação dessa interligação.

- 2.2. Exercitar a solidariedade na cooperação mútua com os sindicatos, imprimindo e divulgando o material e a prática das organizações populares. Utilizar a imprensa sindical para divulgar as lutas que estão sendo travadas nos bairros, ao mesmo tempo em que, nos seus órgãos de divulgação as organizações populares façam chegar até os bairros as lutas sindicais do momento, permitindo, dessa forma, que os trabalhadores que moram no bairro com suas famílias participem das lutas das categorias.
- 2.3. As bandeiras dos movimentos populares que visam a melhoria das condições de vida da população (saúde, habitação, educação, transporte, etc.), também devem ser apoiadas pelos sindicatos.
- 2.4. Que os sindicatos criem sub-sedes ou outras formas de presença nos bairros, cidades e distritos de sua base numa forma de abrir a participação a outros movimentos populares (Grupos de cultura operária, grupos de mulheres, bairros, etc.). Que os sindicatos contratem assessorias especializadas no campo social, a fim de facilitar o intercâmbio entre os movimentos sindical e popular. Em resumo, que os sindicatos e os outros movimentos populares discutam permanentemente entre si todas as bandeiras comuns e formas de solidariedade.

3. COMO INTENSIFICAR A RELAÇÃO SINDICAL CIDADE E CAMPO

- 3.1. O conhecimento e a solidariedade mútua entre cidade e campo não devem ocorrer somente em situações de emergência, mas de forma contínua e permanente. Deve-se, por um lado, promover visitas de lideranças de trabalhadores urbanos ao campo para que tenham um contato direto com a realidade do trabalhador rural. Por outro lado, deve-se, também, promover a vinda do trabalhador rural, particularmente as lideranças, à cidade, a fim de não só desmascarar a falsa imagem criada pelo Governo de que a cidade oferece vida melhor, mas também, de conhecer as formas de luta e de organização do trabalhador urbano.
- 3.2. As intersindicais devem buscar a participação de sindicatos dos trabalhadores rurais nas suas atividades. Intercambiar, porém, as experiências a partir de ações concretas em conjunto. Conjuguar a realização de congressos e seminários, assim como, pequenos encontros entre sindicato de trabalhadores rurais e urbanos, reproduzindo a experiência em diferentes regiões. Nos jornais e boletins dos sindicatos, divulgar notícias de trabalhadores rurais, enviando ainda a eles o noticiário das lutas dos trabalhadores urbanos, para que conste em suas publicações.
- 3.3. A questão dos trabalhadores rurais e urbanos pela posse da terra e do chão para morar também unifica os seus interesses. E, num contexto mais amplo, a reforma agrária é uma luta que não só contempla os trabalhadores rurais como ainda os urbanos. Por essa razão, tal luta deve ser levada em conjunto.
- 3.4. Lutar contra os intermediários no sentido de que o lavrador possa receber o preço justo da distribuição de seus produtos ao consumidor urbano na sua grande maioria, trabalhadores.
- 3.5. Filiação de todos os sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos ao DIEESE, para melhor encaminhamento de suas lutas salariais. Essa filiação propiciará também a troca de informações.

4. OS RUMOS PRIORITÁRIOS DO SINDICALISMO NA CIDADE E NO CAMPO FRENTE À CONJUNTURA ATUAL.

Para que o avanço do sindicalismo seja realmente um fato, faz-se necessário um plano de ação que determine quais os pontos prioritários para o desenvolvimento da própria organização dos trabalhadores.

Dentro dessa ótica são estabelecidos, então os rumos prioritários, cujo objetivo será alcançado na medida em que todos se compenetrem da necessidade de lutar por:

- 4.1. Unificação das lutas, mostrando a necessidade imediata de comissões permanentes que englobem todos os movimentos, visando ao apoio econômico e político a todas as lutas populares.
- 4.2. Nova estrutura sindical, democrática e autônoma, utilizando-se de todas as iniciativas propícias para tal, inclusive, como a criação de uma Central Única de Trabalhadores.
- 4.3. Efetiva informação às bases, oferecendo-se meios para discussões amplas que gerem a conscientização, a qual modificará as diretorias inexpressivas, como também, estimulará a atividade política necessária.
- 4.4. Formação de intersindicais, englobando trabalhadores urbanos e rurais, a partir dos interesses imediatos da classe trabalhadora, com o estabelecimento de princípios básicos frente a um programa comum.
- 4.5. Ratificação da Convenção-87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), preservando o princípio da unidade sindical.
- 4.6. Aumentos salariais baseados nos lucros das empresas, o que é realmente uma das formas de distribuir a renda, invertendo a posição do Governo de que o salário causa a inflação.
- 4.7. Realização de uma CONCLAT que seja a expressão democrática do movimento sindical do campo e da cidade.

Os encontros dos trabalhadores em oposição à estrutura sindical de vem ser incentivados e apoiados, na medida em que se trata de iniciativa democrática e sindicalista.

- 4.8. Unificação das bases, por categorias.
- 4.9. Lutar por um modelo econômico alternativo de interesse dos trabalhadores fruto da expressão de sua vontade, e pela alteração da atual legislação social, eliminando-se o seu caráter repressivo, através da participação do povo na discussão e elaboração de nova legislação.

Assim têm-se como principais bandeiras:

- a) reforma agrária;
- b) garantia no emprego;
- c) eleições diretas em todas os níveis de representação;
- d) direito de greve;
- e) contrato coletivo de trabalho;
- f) recondução dos dirigentes sindicais cassados.

Finalizando:

CONTINUAMOS ASSUMINDO, COMO PLENAMENTE VÁLIDOS, OS PRINCÍPIOS ENUNCIADOS NO DOCUMENTO DE MONLEVADE.

Aprovam e assumem o encaminhamento, nas bases, dos princípios contidos neste DOCUMENTO DE SÃO BERNARDO, os seguintes participantes do encontro:

- Arnaldo Gonçalves, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, SP
- Antonio Pereira dos Santos, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Panificadora e Confeitaria, SP

- Adelar de David, da Comissão de Pastoral Operária Nacional
- Antonio Moreira de Carvalho Neto, do Sindicato dos Trabalhadores em empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas do Estado de Minas Gerais.
- Anizio Batista de Oliveira, da Oposição Metalúrgica de São Paulo
- Adriano Sandri, metalúrgico de Betim, MG
- Ana Maria César, do Movimento de Bairro de Vila Velha, ES
- Antonio Vieira, FASE, Santarém, PA
- Benedito Furtado de Andrade, do Sindicato dos Empregados na Administração dos Serviços Portuários de Santos, SP
- Euclides Canalle, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caçador, SC
- Edson Campos, do Sindicato dos Bancários de São Paulo.
- Edson Ricardo Santana, metalúrgico, Volta Redonda, RJ.
- Frei Betto, da Pastoral Operária de São Bernardo do Campo, SP
- Ceci Prates, do Sindicato dos Oficiais Gráficos de Caxias do Sul, RS
- Glision Rodrigues da Cunha, do SENALBA, MG
- Henos Amorina, do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, SP
- Hélio Bombardi, da Oposição Metalúrgica de São Paulo
- Hugo Perez, da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de São Paulo
- Francisco P. G. Carvante, do Sindipetro de Campinas e Paulínia, SP
- José Cicoti, da Diretoria eleita do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, SP
- João Pedro Stedile, da Comissão Pastoral da Terra, RS
- Jorge Ricardo Bittar, do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro
- José de Souza, do Sindicato do Petróleo de Santos, SP
- José Rodrigues da Silva, da Ação Católica Operária de Recife, PE
- José Mendes de Menezes, do Sindicato dos Metalúrgicos de Acesita, MG
- Joaquim Arnaldo de Albuquerque, metalúrgico do Rio de Janeiro
- João Paulo Marques, do Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário de Porto Alegre, RS
- José Luiz Stedile, da Oposição Sindical Metalúrgica de Porto Alegre, RS
- João Paulo Pires Vasconcelos, do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, MG
- Lourenço Zanetti, da FASE do Rio de Janeiro
- Luís Sérgio Nóbrega de Oliveira, da Ação Católica Operária de Angra dos Reis RJ
- Luís Inácio da Silva, da diretoria eleita do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, SP
- Livino Blanger, da Comissão Pastoral da Terra de Santa Catarina
- Maximínio Pereira da Silva, da Ação Católica Rural de Pernambuco
- Maria Auxiliadora de Menezes, do Movimento de Favelas do Rio de Janeiro
- Normando Cayovette, das Comunidades Eclesiais de Base do Estado do Rio de Janeiro
- Olívia Barretos Gomes, da Comissão Pastoral Operária, Volta Redonda, RJ
- Orlando Freire de Almeida, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colatina ES
- Paulo Oliveira, metalúrgico do Rio de Janeiro
- Ricardo Rezende Figueira, da Comissão Pastoral da Terra do Tocantins, Araguaia, PA
- Rogue Grazziotin, da Pastoral Operária de Caxias do Sul, RS
- Rogério Medeiros, do Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo
- Raimundo Ananias, do Sindicato dos Securitários de Pernambuco
- Selvino Heck, do Movimento de Bairro da Lomba do Pinheiro, Viamão, RS
- Vitor Buaiç, do Sindicato dos Médicos do Espírito Santo
- Walter José Irber, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tenente Portela, RS
- José Cardoso, metalúrgico do Rio de Janeiro
- Geraldo Pestana, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, PA
- Raimundo Rosa Lima, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria de São Paulo
- Ademir Antonio Lazzari, do Conselho Pastoral de Carapina, Serra, ES

DOCUMENTO DE VITÓRIAINTRODUÇÃO

Dirigentes sindicais e militantes do movimento popular brasileiro, reunidos em Vitória - ES - nos dias 05, 06 e 07 de junho de 1981, discutiram as propostas aqui reunidas.

Este IIIº ENAMP - Encontro Nacional de Articulação de Movimentos Populares, realizou-se em continuidade ao de João Monlevade - MG - ocorrido em fevereiro de 1980, do qual saiu o texto "Proposições para o fortalecimento da atuação sindical" - "DOCUMENTO DE MONLEVADE" - e ao de Taboão da Serra, ocorrido em julho de 1980, do qual saiu o texto conhecido como "DOCUMENTO DE SÃO BERNARDO".

Os participantes desse encontro expressam sua plena concordância com os seguintes princípios:

- Somos uma articulação de movimentos populares e sindicais. Um espaço no qual esses movimentos podem se encontrar, trocar experiências e acertar pontos comuns de lutas, sem prejuízo de sua autonomia e especificidades. Nesse sentido, não podemos ser confundidos com uma organização ou partido político, nem uma corrente ou tendência do movimento sindical e popular. A articulação é apartidária e defende o princípio de autonomia do movimento popular e sindical frente aos partidos políticos, embora com pleno respeito às opções partidárias dos que dela participam.

- O critério básico de participação em nossa articulação é estar fundamentalmente de acordo com os nossos princípios defendidos nos documentos de Monlevade, de São Bernardo e neste de Vitória.

Se uma tendência sindical ou política escolhe esses princípios como norteadores de suas atividades, nada temos contra. Entretanto, não admitimos confusão entre a nossa articulação e aqueles que, fora da articulação propriamente dita, criam novos instrumentos de luta, baseados nos princípios que defendemos.

Foram temas básicos do IIIº ENAMP:

- O DESEMPREGO
- A GREVE LEGAL
- A CONCLAT - Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
- A CUT - Central Única dos Trabalhadores
- A NOSSA ARTICULAÇÃO

Os participantes deste IIIº Encontro decidiram intitular as proposições aqui reunidas de: DOCUMENTO DE VITÓRIA, dando assim, continuidade ao processo de discussão e reflexão aberto pelos documentos anteriores.

Esperamos que a crítica construtiva do movimento sindical e popular, saiba enriquecê-lo.

1 - DESEMPREGO

Frente à recessão econômica por que atravessa o País, entendemos que, mais uma vez o trabalhador paga caro, com o desemprego, por uma crise que ele não provocou.

Mas, os trabalhadores não querem que seu sangue seja sugado:

- Na Volks, em São Bernardo do Campo, rechaçaram a proposta dos patrões de redução da jornada de trabalho, com redução de salários;

- Na FIAT, Rio de Janeiro, contra a demissão de 250 operários, os trabalhadores se unem, se organizam dentro da fábrica e se encontram em greve, desde o dia 04 de maio, dando o exemplo para todos nós de como combater o desemprego;

- No campo, também são inúmeros os lavradores que, isolados ou conjuntamente, decidem resistir em suas posses, ou reivindicar terra para a produção e sobrevivência, assim como os grupos indígenas que defendem sua terra - elemento indispensável à sua sobrevivência como povos.

É necessário que, em cada Estado, em cada Cidade, em cada Bairro, em cada fábrica, nas roças, todos se organizem para resistir a novas demissões, à expulsão da terra, pelo direito ao trabalho. É urgente que todos se unam para cobrar as responsabilidades do governo que são de assegurar emprego e salário digno para todos.

Diante disso e, compreendendo que o combate ao desemprego é hoje de interesse conjunto dos trabalhadores brasileiros - tanto da cidade quanto do campo, e não de um setor em particular - propomos uma campanha a nível nacional CONTRA O DESEMPREGO E O SUB-EMPREGO que seja encaminhada, em conjunto, pelo movimento sindical e movimentos populares com os seguintes princípios fundamentais:

- a) Direito ao trabalho;
- b) Estabilidade e garantia no emprego;
- c) Fixação do homem na terra;
- d) Redução da jornada de trabalho sem redução dos salários;
- e) Fim das horas extras;
- f) Congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e dos aluguéis;
- g) Luta pelo preço justo dos produtos dos trabalhadores rurais.

Como uma forma de encaminhamento desta campanha, propomos a formação de Comitês de Luta Contra o Desemprego e de Apoio aos Desempregados. E que se discutam na base outras formas de luta.

2 - GREVE GERAL

Analisando as lutas dos trabalhadores nestes últimos anos, vemos que a maioria das categorias caminham isoladamente, mesmo nos casos em que os fatos repercutem, direta ou indiretamente, sobre o conjunto da classe trabalhadora.

Por mais que as categorias tenham se empenhado e esforçado, muitas das reivindicações, principalmente as mais fundamentais, não foram alcançadas.

A realidade nos mostra, e a sua gravidade exige, que os trabalhadores lancem mão de instrumentos mais decisivos para conseguirem seus importantes e necessários objetivos.

Consideramos que a greve é um instrumento muito importante da classe trabalhadora.

A garantia e estabilidade no emprego, a posse e uso da terra, liberdade e autonomia sindical e tantos outros objetivos só serão conseguidos pela união e mobilização de todos os trabalhadores, às quais, no momento, podem se expressar através de uma greve geral.

Decidimos, assim, neste encontro, conclamar a todos os trabalhadores, da cidade e do campo, em suas entidades, movimentos e associações, a se unirem e prepararem a organização de uma greve geral que mostre não só a força da classe trabalhadora, mas que conduza à conquista de benefícios mais do que necessário, urgentes e indispensáveis.

3 - CONCLAT

A Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, proposta encaminhada por um conjunto de entidades sindicais, tem como principais objetivos:

- a) Discussão ampla e democrática das condições de vida e empregos dos trabalhadores da cidade e do campo;
- b) Formas e encaminhamentos da organização dos trabalhadores.

A CONCLAT, para ser realmente representativa e para que encontre os verdadeiros caminhos de luta desejados pelo conjunto dos trabalhadores, deverá ser preparada:

- a) Através de amplas discussões nas bases, onde se mobilizem todas as categorias em reuniões, encontros, assembléias, para que todos os trabalhadores tenham conhecimento e plena consciência de sua realidade e importância;
- b) Através de encontros regionais onde se aprofundem os temas e se elaborem textos a serem discutidos em âmbito nacional.

Para discussão e encaminhamento, propomos os seguintes pontos centrais - para essa CONCLAT:

1. Luta pela estabilidade no emprego - encaminhamento de medidas efetivas contra o desemprego e o sub-emprego;
2. Preparação e encaminhamento de uma greve geral de todos os trabalhadores do País;
3. Luta pela posse e uso da terra - reforma agrária sob o controle dos trabalhadores;
4. Luta pelo fim da atual estrutura sindical;
5. Pelo fim da Lei de Segurança Nacional e do Aparelho Repressivo;
6. Luta contra o aumento do custo de vida e pelo fim de intermediário na comercialização da produção;
7. Luta pela redução da jornada de trabalho, sem redução do salário;
8. Luta por um salário mínimo real e unificado;
9. Luta pela formação, a partir das bases, de uma Central Única dos Trabalhadores, representativa;
10. Luta pela melhoria geral da Previdência Social e sua equiparação aos trabalhadores rurais e urbanos.

Para conseguir encaminhar estas aspirações de modo global e concreto, propomos que a CONCLAT tenha como prioridade os seguintes temas:

- a) A política econômica do regime e a luta dos trabalhadores;
- b) A situação dos trabalhadores do campo;
- c) A organização sindical.

4 - A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

A ampliação da luta e da organização dos trabalhadores no Brasil levou vários setores sindicais a pensar sobre a necessidade da criação de uma Central Única dos Trabalhadores. Esta CUT reuniria os diversos esforços e avanços, muitas vezes isolados, da classe trabalhadora, buscando a unificação do movimento sindical e consequente aumento da capacidade de luta dos trabalhadores.

Os fatos da vida dos trabalhadores e suas organizações, quase sempre distante uns dos outros e normalmente restritos a uma ou outra categoria, precisam de um elo unificador que lhe reforce o encaminhamento e respalde as decisões tomadas.

Esse elo, necessidade mais do que urgente, será a Central Única dos Trabalhadores.

No entanto, a fim de evitar os velhos erros e prejuízos produzidos por tudo que é imposto e resultante do conchavo de cúpulas, entendemos que a CUT deve ser necessariamente encaminhada a partir das bases, para que se constitua forte, representativa e livre da estrutura sindical vigente.

A idéia da CUT precisa ser analisada e discutida tanto pelo conjunto dos trabalhadores do campo como da cidade, para que seja reconhecida como necessidade fundamental e construída com ampla participação.

A CUT é, portanto, para encaminhamento imediato, mas de criação futura, a fim de que ela não seja criada exatamente sem os trabalhadores, os quais são os que lhe dão o único sentido maior de existência.

FINALIZANDO

Reconhecendo o caráter soberano do Encontro Nacional de Articulação e de acordo com os princípios defendidos nos Documentos de MONLEVADE e de SÃO BERNARDO aprovam e assumem o encaminhamento nas bases, dos princípios contidos neste "DOCUMENTO DE VITÓRIA", as seguintes entidades e participantes:

- Daniel T. Rech pela Comissão Pastoral da Terra Nacional
- Rogério Medeiros - Sindicato dos Jornalistas do E.Santo
- Angela M.Barbosa Rocha - Sindicato Assistentes Sociais - MG
- Consuelo Aramayo - Sindicato Assistentes Sociais - MG
- Eliomar de Souza Coelho - Sindicato Engenheiro do Est. do Rio de Janeiro
- Teresinha França - Associação dos Docentes da Univ. Fed. Goiás
- Pedra Tierra - Conselho Indigenista Missionária - CIMI
- Orlando Capacle Neto - Grupo de Jovens Trab. da Past.de Juventude de R.Preto
- Devair Estevão de Oliveira - O.Sind. dos T. Rurais de Linhares - ES
- Livino Blanger - Comissão Pastoral da Terra - SC
- Edilberto A. Pereira - Assoc. Profissional do Metrô - Rio de Janeiro
- Leonardo Diniz - Sindicato Metalúrgico de Monlevade - MG

- Renato Affonso de Carvalho - Movs. Pops. Salvador - Bahia
- Nelcivone S. Melo - Sindicato Médico Goiás
- José Júlio Costa - Sind. Metalúrgico Acesita-Timóteo - MG
- Francisco A. Veríssimo - Comissão Estadual das CEBS - SC
- Geci L. Prates - Sind. Oficiais Gráficos de Caxias do Sul
- Anízio B. de Oliveira - O. Sind. Metalúrgica de SP
- Manoel Proença - A. Moradores Bairro 19 de julho - Curitiba - PR
- Lourdes Estevão - JOC
- Mário Itamar Nunes - O. Sind. Metalúrgica de São Paulo
- Lúcia Helena P. A. Morad. Periferia Leste de B. Mansa - Rio de Janeiro
- Edna Teotônia S. - Membro da Art. no Recife - Movs. Bairro
- Sezínio Fernandes - Pastoral Social de S. Mateus - EP
- Tilden J. Santiago - Sind. Jornalista Prof. de MG. e Jornal dos Bairros - BH
- Raimundo Ananias - Sind. dos Securitários de PE
- Ricardo R. Figueira - CPT Tocantins do Araguaia
- Natalício S. Correa - O. Sind. Met. S. Leopoldo
- Mercedes das Graças - Sind. Trab. Rurais de Colatina - ES
- Geraldo A. de Almeida - Sind. Trab. Rurais de Colatina - ES
- Elcídia B. de Souza - Com. Base Anápolis Goiás
- Maria Cristina Pachini - Sind. Banc. de São Paulo
- José Félix - Mov. Operário de Volta Redonda - Rio de Janeiro
- Darci Accorsi - Assoc. de Prof. da Univ. Catol. de Goiás - APUC
- Roque Graziotim - Pat. Operária de Caxias do Sul - RS
- Eurides L. Mescolotto - Com. Pastoral Op. SC
- João L. Pereira de Oliveira - Com. de Art. dos Movs. Pops. - G. Vitória
- Ribens O. Gomide - Movs. Pops. Anápolis - Goiás
- Clóvis C. Rossi - CPT - ES
- Antonio A. Moschen - Sind. Trab. Rurais Colatina - ES
- Rosângela D'Avila - Assoc. Prof. de Assist. Soc. do ES
- Osmar do Nascimento - Past. Soc. de S. Mateus - ES
- Josias Duarte C. Filho - Sind. Trab. Const. Civil - Vitória - ES
- Pedro Inácio - Sind. dos Met. de Ipatinga - MG
- Angelo Pin - Equip. Past. das CEBS da Grande Vitória - ES
- Olívio Dutra - Presidente cassado do Sind. dos Bancários de Porto Alegre - RS
- Neusa Campos - Past. Operária - Cur-PR
- Antonia Pereira da Silva - Assemb. do Povo - Goiás
- Marluse de Vasconcelos Tavares - Sind. Odontologistas - ES
- Lauro Ferreira Pinto - Sindicato dos Médicos - ES
- Vitor Buaiz - Sindicato dos Médicos - ES
- Antonio Vieira - Fase - Santarém - PA
- João Pedro Stedile - CPT - RS
- Ulisses Antonio P. Santos - CPT - Jaboticabal - São Paulo
- Selvino Hech - Mov. Bairros Lomba do Pinheiro - Viamão - RS
- José Vilar Sobrinho - Sindicato Metalúrgicos - João Monlevade - MG
- Moacir Martins de Andrade - Sind. Trabalhadores Rurais - Anápolis - GO
- Edmundo Costa Vieira - Sindicato Metalúrgicos - Betim - MG
- Agrimeron Araújo - Sind. Trab. Urbanos - AL
- João M. Mendes - S.T.I.M. - Novo Hamburgo - RS
- José Ahezio Dias do Vale - Pastoral Operária - Vitória - ES
- Gerson Florência Diniz - S.T.I.C.C. - Vitória - ES
- Marinete Francisco - Movimentos Promorar - Vitória - ES
- Wagner Barcelos de Souza - Op. Sind. Metal. - Volta Redonda - RJ
- Rosaura de Magalhães Pereira - p/Diretoria UTE - MG
- Frei Betto - P/Pastoral Operária - São Bernardo do Campo - SP
- Jacó Bittar - STI Petróleo - Campinas - Paulínia - SP
- Devanir Ribeiro - P/Sindicato Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema - SP
- Jô Amado - P/Sindicato dos Jornalistas - Vitória - ES
- Adelar de David - Comissão Nacional de Pastoral Operária - CPO
- Waldemar Almeida - S.T.I.C.C. - Vitória - ES
- Lorenzo Zanetti - Fase - RJ
- Luiz Antonio Correa - Sind. Oficiais Marceneiros - Ribeirão Preto - SP
- Ney Pires Azevedo - Sindicalista categoria Seralba - Rio de Janeiro
- Volmer do Nascimento - Fed. Assoc. Moradores da Serra - ES
- Anazir de Oliveira - Ass. Empregadas Domésticas - Rio de Janeiro
- Delurdes Correia de Oliveira - Past. Operária - Nova Iguaçu - RJ

- Jorge César Bezerra dos Santos - Ops. Metalúrgica - Recife - PE
- Alfredo Eslér - Fed. Assoc. Moradores da Serra - ES
- Joaquim Orlando de Paiva Neto - Sind. Constr. Civil - PR
- Maria Clara da Silva - Movimento Popular - Vila Velha - ES
- Paulo Neto - Metalúrgico - PR
- Maria Aparecida de Oliveira - Ass. Moradores CIC - PR
- Madalena Nepomuceno - Movimento Popular de Vila Velha - ES
- Sônia Rodrigues da Penha - Movimento Mulheres Carapina - Serra - ES
- Maria Mazzarello Martins - p/CEBS - Anápolis - GO
- Dionísio Sfredo - CPT Centro Sul de Goiás - Goiânia - GO

Vitória, 07 de junho de 1981

DOCUMENTO DE GOIÂNIAI N T R O D U Ç Ã O

Realizou-se entre os dias 11 e 13 de junho de 1982 o IV ENCONTRO NACIONAL DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE MOVIMENTOS POPULARES E SINDICAL - ANAMPOS. O encontro foi realizado em Goiânia, após os Encontros do Setor Sindical (fevereiro/82 - Recife) e do Setor Popular (maio/82 - Vitória).

A participação numérica é mostrada no quadro abaixo:

ESTADOS	urbano	rural	popular	observadores	total
1. Alagoas	-	4	-	-	4
2. Amapá	-	1	-	-	1
3. Bahia	5	-	5	-	10
4. Ceará	1	-	-	-	1
5. Distrito Federal	12	-	4	-	16
6. Espírito Santo	4	5	11	-	20
7. Goiás	3	6	2	6	17
8. Maranhão	1	-	1	-	2
9. Minas Gerais	2	-	-	-	2
10. Mato Grosso	-	3	4	-	7
11. Pará	1	3	3	-	7
12. Paraíba	1	1	-	-	2
13. Paraná	2	1	3	-	6
14. Pernambuco	1	3	1	-	5
15. Rio de Janeiro	1	-	1	-	2
16. Rio Grande do Norte	1	2	-	-	3
17. Rio Grande do Sul	1	1	-	-	2
18. Santa Catarina	-	2	3	-	5
19. São Paulo	16	-	5	-	21

OBSERVAÇÕES: São Paulo - Comissão Nacional Sindical - 2
 Comissão Nacional Pró-CUT - 3
 Secretaria Geral - 1

Distrito Federal - Comissão Nacional pró-CUT - 1
 Total de membros da Comissão Nacional pró-CUT - 8

A PAUTA DO ENCONTRO FOI A SEGUINTE:

- 1 - Abertura, informes da Secretaria Geral e do Encontro;
- 2 - Painéis sobre a situação das lutas e intervenção da ANAMPOS: sindical urbano, popular e campo;
- 3 - Plano de ação para a CONCLAT, CUT e ENCLATS;
- 4 - Estrutura da Articulação a nível nacional;

PLANO DE AÇÃO PARA CONCLAT, CUT E ENCLATSI - CONCLAT E ENCLATSRealização da CONCLAT.

A ANAMPOS LUTARÁ pela realização do Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras CONCLAT, marcado para agosto deste ano, pelos seguintes motivos:

- 1 - A decisão de realização deste Congresso foi da Plenária da I CONCLAT - agosto/81 - não existindo instância que possa alterar esta deliberação (a PRÓ-CUT não tem esta competência);

2 - A realização do Congresso será um fortalecimento para o movimento face à conjuntura atual. Seria um atraso não realizar o CONCLAT. O adiamento seria assumir o refluxo do movimento, além disso, o CONCLAT SERÁ um momento importante no processo de construção da CUT pela base;

3 - O argumento de que a ANAMPOS poderia perder no CONCLAT é defensivo, pois em 81 não estávamos organizados e houve a divisão da Plenária - o bloco Reformista-Pelego poderia se aproveitar desta posição débil e tirar uma CUT pela cúpula;

4 - A realização do CONCLAT servirá para a elaboração de um novo plano de lutas para a Classe Trabalhadora;

5 - O argumento eleitoral, de que estas eleições atrapalhariam o CONCLAT e este se transformaria num comício da Unidade Sindical, dá uma visão de que os problemas da classe trabalhadora podem ser resolvidos pelo processo eleitoral.

ENCAMINHAMENTOS:

Neste sentido, para que concretamente a ANAMPOS tenha condição de garantir a realização do Congresso, foram decididos seguintes encaminhamentos:

1 - Levar à reunião da Comissão Nacional Pró-CUT esta posição de realizar o CONCLAT; iniciar desde agora ampla campanha de denúncias nos ENCLATs e assembléias de trabalhadores da tentativa de adiamento do Congresso. Se na Comissão Nacional Pró-CUT for deliberado que será adiado o Congresso, lutar para que esta proposta seja indicada aos ENCLATs que faltam, batalhando nos ENCLATs para reverter a decisão;

2 - Caso a Comissão Nacional Pró-CUT decida adiar o CONCLAT, seria proposto a realização de ENCLATs na mesma data em que estava marcado o CONCLAT. Nestes ENCLATs seriam eleitos novos membros para a Comissão Nacional Pró-CUT, substituindo os antigos (eleitos no mesmo número que atualmente cada Estado tem na Comissão Nacional Pró-CUT) A nova Comissão Pró-CUT tomaria posse em um encontro das Pró-CUTs estaduais;

3 - Caso não sejam aprovados os ENCLATs na mesma data em que estava programado o CONCLAT, não seriam realizadas eleições de novos membros para a Comissão Nacional Pró-CUT; tentando a ANAMPOS conseguir a realização de ENCLATs para discutir sobre o adiamento do CONCLAT e protestar com relação a este adiamento. Nos estados onde não houver a aprovação da realização dos ENCLATs, a ANAMPOS deveria promover atividades de protesto, discussão, etc. (nos vários níveis: municipal, micro-regional - juntando municípios próximos - e estadual);

4 - Iniciar desde já um amplo movimento para garantir a construção de uma CUT pela base, com a criação de Comissões Pró-CUTs municipais, micro-regionais e estaduais (as municipais e micro-regionais, onde houver condições de luta e organização que garantam a sua existência).

Para garantir um CONCLAT democrático.

Além destas propostas com relação ao Congresso, foram levantados os seguintes encaminhamentos para garantir a realização de um CONCLAT democrático e representativo:

1 - Interferir em todas as categorias para que sejam realizadas assembléias democráticas para eleição de delegados;

2 - Nos estados em que o ENCLAT será realizado depois da reunião da Comissão Nacional Pró-CUT de 5 de julho, encontrar formas para que a resposta à consulta não seja decidida somente pela executiva da Inter-sindical;

3 - Divulgar em todas as categorias as informações sobre a data e os critérios de eleição de delegados e outras informações que auxiliem a preparação do Congresso;

4 - Participar das Comissões organizadoras dos ENCLATs e do CONCLAT;

5 - Depois dos ENCLATs encaminhar a ampla divulgação de suas resoluções;

6 - Reforçar nos estados a necessidade de que as entidades enviem o dinheiro referente à colaboração para o CONCLAT, a partir de fevereiro - se possível - pois a realização do CONCLAT depende muito do dinheiro;

7 - Propor a mudança dos critérios de participação, ampliando a participação das bases e mesmos critérios para sindicatos, associações pré-sindicais e de funcionários públicos;

8 - Fazer uma campanha financeira a fim de garantir a máxima participação dos companheiros da ANAMPOS no CONCLAT;

9 - Participação de sindicalistas (principalmente dos companheiros de Goiás e Brasília) para acompanharem a reunião da Comissão Nacional Pró-CUT no dia 5 de julho. Chamar inclusive a imprensa.

II - CUT - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Desencadear um amplo processo

A ANAMPOS luta pela construção de uma Central Única dos Trabalhadores, livre, autônoma e construída pela base. Neste sentido, entendendo que a criação de uma CUT ainda não foi suficientemente discutida, que ainda não existe um nível de organização e lutas que garantam a sua existência neste momento, a ANAMPOS propõe a realização de um amplo processo que garanta a construção da CUT pela base, iniciando desde agora e que terá no CONCLAT de agosto/82 um ponto importante.

No sentido de garantir este amplo movimento pela criação de uma CUT pela base, foram propostos os seguintes encaminhamentos:

1 - Eleição de uma nova Comissão Nacional Pró-CUT no CONCLAT de agosto, para animar e coordenar o movimento pela construção da CUT pela base;

2 - Eleição de Comissões Estaduais Pró-CUT nos ENCLATs. Caso já exista uma Comissão Intersindical que tenha sido eleita em um encontro representativo e democrático, lutar para mudar o nome para Comissão Estadual Pró-CUT; se a Comissão Intersindical existente não tiver sido eleita em ENCLAT, lutar para que seja substituída por uma Comissão Estadual Pró-CUT eleita em ENCLAT.

3 - Os delegados para ENCLATs e CONCLAT devem ser eleitos em assembleias das entidades ou categorias, sendo que participam associados ou não, convocadas com um prazo mínimo de 15 dias. Deve-se garantir o mesmo critério de representatividade para sindicatos, associações pré-sindicais e de funcionários. Nas categorias onde os sindicatos não encaminham a escolha de delegados, os membros da PRÓ-CUT devem garantir a eleição na categoria, sendo que a ANAMPOS deve proporcionar bases materiais para que isto ocorra;

4 - A nova Comissão Nacional Pró-CUT deverá organizar a discussão em todas as categorias sobre cartas de princípios, estatutos e regimento, baseando esta discussão sobre um plano de lutas encaminhado unitariamente;

5 - A Comissão Nacional Pró-CUT convocará um novo Congresso para discussão e aprovação de carta de princípios, estatutos e plano de ação da CUT.

Estrutura da CUT

Com relação a questões estruturais da CUT, foram levantados os seguintes pontos:

1 - Deve-se lutar para a realização de ENCLATs municipais e micro-regionais (as micro-regiões seriam formadas por municípios próximos em que hajam lutas ou nível de organização comuns) onde existirem condições de luta que permitam sua criação

2 - Para a estrutura da CUT a ANAMPOS propõe a criação de Plenárias nos vários níveis (municipais, micro-regionais, estaduais e nacional), que seriam organismos formados por companheiros de várias categorias, com a função de encaminhar em conjunto as lutas dos trabalhadores. Seriam eleitas nos respectivos Encontros e teriam existência permanente.

Participariam destas Plenárias:

- a) membros de sindicatos, associações pré-sindicais e de funcionários públicos e associações profissionais;
- b) membros de delegacias sindicais;
- c) membros de comissões de fábrica e de roça;
- d) membros de Comandos de Greve (enquanto durar a greve).

Questões abertas: Ficaram em aberto as seguintes questões, que deverão ser melhor discutidas no interior da ANAMPOS para uma definição posterior:

- 1 - A participação orgânica dos Movimentos Populares na estrutura da CUT (posteriormente será enviado material para a discussão);
- 2 - A forma de eleição da direção da CUT: se deveria ser eleita em Congresso ou de forma direta, com o voto de todos os trabalhadores.

OBSERVAÇÕES: Apesar de propor este processo para a criação de uma CUT pela base, a ANAMPOS deve estar preparada caso seja decidida a criação da CUT no Congresso. Neste sentido, a Comissão Nacional da ANAMPOS deverá elaborar uma proposta de estatutos, carta de princípios, regimento e inclusive nomes que venham a compor a futura direção.

III - PLANO DE LUTASA ANAMPOS PROPÕE O SEGUINTE PLANO DE LUTAS:Para o campo

- 1 - Resistência na terra. Não abandonar a terra;
- 2 - Defesa coletiva da terra;
- 3 - Terra por terra e não terra por dinheiro (luta contra as desapropriações)
- 4 - Demarcação das terras pelos próprios trabalhadores rurais;
- 5 - Fixação do homem à terra;
- 6 - Previdência Social no campo;
- 7 - Defesa dos preços das produções;
- 8 - Tomada de sindicatos pelas oposições sindicais.

Essas são as principais bandeiras, além dessas foram tiradas outras como:

- 1 - Educação: escolas rurais; questionar a educação que está aí; PROBLEMA : os filhos dos lavradores têm que trabalhar e não podem ir à escola;
- 2 - Saúde do trabalhador;
- 3 - Problema da seca e da fome;
- 4 - Salário adequado ao custo de vida;
- 5 - Luta contra a política agrária do governo: autonomia de produção, isto é, produzir o que convém aos lavradores e não ao sistema;
- 6 - Denúncia dos assassinatos e perseguições e exigências das punições dos responsáveis.

Lutas Gerais:

- 1 - Luta pela garantia e estabilidade do trabalho;
 - a) jornada de trabalho de 40 horas semanais;
 - b) salário mínimo real e unificado de acordo com os índices do DIEESE;
 - c) salário profissional nacional;
 - d) reforma agrária;
 - e) salário desemprego;
 - f) 13º salário para os estatutários;
 - g) reajuste trimestral de salários;
 - h) regulamentação de profissões;
- 2 - Unificação das datas bases a nível nacional por categoria - campanhas salariais conjuntas;

- 3 - Luta pelo reconhecimento da representação sindical (delegados, comissões, etc.) nos locais de trabalho;
- 4 - Pelo direito à terra e moradia - contra as desapropriações das áreas urbanas (terra por terra e não por dinheiro);
- 5 - Revogação da Lei de Segurança Nacional; direito de greve, liberdade e autonomia sindical;
- 6 - Equiparação da assistência médica para trabalhadores rurais e urbanos;
- 7 - Ensino Público e gratuito em todos os níveis para todos; a educação é direito de todos e dever do Estado;
- 8 - Eleições diretas para as federações e confederações;

Estas bandeiras de lutas já estão contidas nos documentos anteriores da ANAMPOS, que devem ser lembradas (e não só lembradas) e encaminhadas por todos - em suas categorias e nos Encontros de trabalhadores.

IV - ESTRUTURA DA ARTICULAÇÃO A NÍVEL NACIONAL

1 - ANAMPOS E AS LUTAS - Sobre a articulação entre os setores: sindical urbano, sindical rural e popular, foi reafirmado a necessidade desta articulação. Esta articulação precisa avançar em cima das lutas concretas dos trabalhadores: posse da terra, eleições sindicais, etc.

Para que esta articulação se faça na prática é necessário criar formas e canais comuns: ações conjuntas, reuniões conjuntas (mantendo as específicas), fundos de greve - cursos de formação, abrir departamentos nos sindicatos para fortalecer esta ligação, etc.

2 - CRITÉRIOS - São critérios de participação na ANAMPOS aqueles que garantam a participação dos diversos setores no conjunto das lutas dos trabalhadores. Para os Encontros Nacionais da ANAMPOS deve-se manter como critério básico a participação equitativa do setor sindical urbano, setor sindical rural e setor popular.

3 - COMPROMISSOS COM AS PROPOSTAS DA ANAMPOS - Para garantir que as propostas - tiradas nos Encontros da ANAMPOS sejam levadas ao Movimento Sindical e Popular é importante que os companheiros tenham claro o compromisso de encaminhar estas propostas às várias categorias, assembleias e encontros da classe trabalhadora, entendendo que sempre deve-se respeitar a decisão destas categorias ou entidades. No caso dos companheiros da Comissão Nacional Pró-CUT, estes devem encaminhar as propostas da ANAMPOS.

4 - BOLETIM - Criar um boletim da ANAMPOS, único, com o conteúdo das lutas dos vários setores; este boletim terá um caráter informativo (no estilo do primeiro) e deverá ter um nome (caso seja mudado) que o caracterize como boletim da ANAMPOS. Cada estado e/ou setor deverá enviar informações para este boletim.

Além disso, os membros da Comissão Nacional Pró-CUT deverão encaminhar as deliberações tiradas na Comissão para a Comissão Nacional da ANAMPOS a fim de que sejam divulgadas nos estados.

5 - FINANÇAS - Com relação às Finanças foi tirado o seguinte:

a) Cada estado deve encaminhar para sua autonomia financeira. Para isso, criar formas de arrecadação de fundos (contribuição mensal dos participantes, vendas de cartazes, camisetas, cadernos, etc.). Enviar uma porcentagem da arrecadação do estado à Comissão Nacional para as despesas do conjunto;

b) Fornecer um apoio mais concreto aos companheiros do campo, que encontram maiores dificuldades financeiras;

6 - COMISSÃO NACIONAL DA ANAMPOS - Foi decidida a seguinte estrutura nacional para a ANAMPOS:

a) O companheiro Devanir (atê este IV Encontro Secretário Geral) passa a fazer parte de uma Comissão Nacional da ANAMPOS. Esta Comissão terá a tarefa de coordenação da ANAMPOS.

- b) A Comissão Nacional da ANAMPOS fica composta por:
- a Comissão Sindical Nacional eleita no Encontro do Setor Sindical em Recife (Gumercindo, Vicentinho, Neto, de S. Paulo; Toninho e Tilden, de Minas Gerais; e Abdias, do Rio de Janeiro);
 - a Secretaria Popular, sediada em Recife (a referência é a companheira Edna);
 - os companheiros do campo responsáveis pelas regiões definidas no Encontro do Campo (Manoel Raimundo, de Pernambuco; Moschen, do Espírito Santo; Nelson, de Goiás; e 1 companheiro do Pará - a referência é Avelino)
 - o companheiro Devanir, como consta no item "a".
- c) A Comissão Nacional da ANAMPOS se reunirá de 3 em 3 meses, podendo se reunir conforme as necessidades. A primeira reunião da Comissão será dia 04 de julho, em Brasília;
- d) ficam mantidos os encaminhamentos, instâncias e decisões de cada setor (popular, sindical urbano, e articulação do campo);
- e) cada estado deverá ter um representante escolhido para o caso de uma reunião para questões nacionais;
- f) cada estado deve fazer esforços para que o sindical e o popular tenham encaminhamentos comuns, mesmo que as Secretarias ou Comissões Estaduais sejam separadas, para que se tenha uma pessoa como referência para o estado
- g) a sede da Coordenação Nacional fica em São Paulo.

Goiânia, junho de 1982

ENCONTRO NACIONAL DA ANAMPOS

19 e 20 de maio / 1984 - São Paulo

RELATÓRIO

1. Introdução
2. Princípios gerais da ANAMPOS
3. Plano de Trabalho do Setor Sindical
4. Plano de Trabalho do Setor Popular
5. Estrutura e coordenação da ANAMPOS

I - INTRODUÇÃO

Nos dias 19 e 20 de maio de 1984, realizou-se em São Paulo o V ENCONTRO NACIONAL DA ANAMPOS - ARTICULAÇÃO NACIONAL DE MOVIMENTOS POPULARES E SINDICAIS.

Os temas básicos discutidos foram:

- a) Avaliação da ANAMPOS (Sindical e Popular)
- b) Perspectivas de continuidade da ANAMPOS (Setor Sindical e Popular).

Participaram deste V ENCONTRO NACIONAL DA ANAMPOS, delegados do setor sindical e setor popular. Para se ter uma idéia melhor, apresentamos a seguir, um quadro dos participantes distribuídos de acordo com o Estado de procedência e o setor a que pertence (sindical ou popular).

ESTADOS	SETOR SINDICAL	SETOR POPULAR
1. Rio Grande do Sul	3	2
2. São Paulo	5	1
3. Rio de Janeiro	1	-
4. Espírito Santo	2	2
5. Goiás	2	1
6. Brasília (DF)	1	-
7. Bahia	3	-
8. Alagoas	2	2
9. Pernambuco	2	1
10. Paraíba	1	1
11. Rio Grande do Norte	-	1
12. Ceará	1	1
13. Piauí	2	1
14. Maranhão	1	1
15. Amapá	1	-
16. Amazonas	1	1
17. Pará	3	1
18. Acre	1	1
19. Rondônia	1	1
TOTAL DE PARTICIPANTES	33	18
TOTAL GERAL	51	

A conclusão principal deste encontro foi a de que a ANAMPOS deve continuar, tanto a nível sindical, como a nível popular, pelo fato de sua contribuição dada até esse momento e pela contribuição que pode dar para o avanço do setor sindical e popular a nível nacional. Houve uma reafirmação dos princípios já definidos anteriormente à realização deste encontro e a ampliação e inovação destes princípios face à realidade atual do setor sindical e popular.

Ficou decidida também, a continuidade do setor sindical, com características e atribuições diferentes face ao surgimento da CUT, e uma prioridade do conjunto da ANAMPOS para o setor popular.

Passamos a seguir a relatar as principais conclusões deste V ENCONTRO NACIONAL DA ANAMPOS.

II - PRINCÍPIOS GERAIS DA ANAMPOS

Houve uma reafirmação, ampliação e inovação dos princípios gerais da ANAMPOS que pode ser sintetizada em 6 pontos básicos :

1. CONTINUIDADE DA ANAMPOS :

Mantendo os princípios dos documentos anteriores, a ANAMPOS deve continuar, tanto a nível sindical, como a nível popular, pelo fato de sua contribuição dada até este momento e pela contribuição que pode dar para o avanço do setor sindical e popular a nível nacional.

2. CARÁTER DA ANAMPOS:

- a) A ANAMPOS terá um caráter deliberativo para o conjunto dos que participam dela. Quando as instâncias da categoria ou de alguma entidade popular decidir de forma contrária à posição da ANAMPOS, prevalece a decisão da categoria ou entidade popular a que pertence o companheiro.
- b) Todas as deliberações serão por consenso ou por 2/3.
- c) A ANAMPOS não é uma entidade, mas uma articulação do movimento sindical e popular.

3. RELAÇÃO DA ANAMPOS COM A CUT:

- a) A CUT deve ser considerada, hoje, a referência base enquanto órgão máximo dos trabalhadores a nível nacional. Por isso a CUT deve ser fortalecida, ampliada e consolidada. Esta tarefa deve ser de iniciativa e liderada pela CUT.
- b) A ANAMPOS deverá se constituir como um instrumento de apoio político, humano e material à CUT. A ANAMPOS não pode ser um poder ao lado da CUT e nem um poder que substitua a CUT.
- c) A ANAMPOS do setor sindical não deve, neste momento, pretender sua ampliação. A ANAMPOS sindical deve manter-se viva em todos os Estados e atuar com maior ou menor amplitude na medida em que for necessário enquanto apoio à CUT e enquanto força articulada que garanta todos os princípios até agora defendidos.

4. DAR PRIORIDADE AO SETOR POPULAR :

Até o momento, por várias razões conjunturais, a ANAMPOS deu priorida

de ao setor sindical. Pouco avanço no setor popular. Daqui para frente, a ANAMPOS levará adiante o trabalho do setor sindical, mas, gradativamente, vai dar prioridade ao trabalho no setor popular. Esta prioridade no setor popular não quer dizer colocar em segundo plano o setor sindical, mas significa atender a necessidade de fazer avançar o setor popular que, em seu conjunto, se encontra mais desarticulado e não conta ainda com uma representação a nível nacional, conforme os princípios defendidos pela ANAMPOS.

5. AS LUTAS E A ARTICULAÇÃO DO MOVIMENTO POPULAR :

O setor popular deve encontrar seu próprio caminho, buscando respostas aos problemas específicos e buscando suas formas de organização. Neste sentido, o setor popular deve começar por articular os movimentos populares de baixo para cima: articular os movimentos populares nas Regiões, nos Estados, até se chegar à construção de uma articulação nacional que realmente represente e seja capaz de encaminhar as lutas a nível nacional. Tendo em vista esta perspectiva, a ANAMPOS do setor popular deve ser ampliada e fortalecida aglutinando e articulando os movimentos populares.

6. RELAÇÃO DO SETOR SINDICAL E POPULAR :

Fica reafirmada a necessidade de avançar no relacionamento entre o setor sindical (HOJE A CUT) e o setor popular. Este relacionamento deve se dar em cima das lutas concretas. Este relacionamento deverá se dar, no futuro, entre a CUT (setor sindical) e o movimento popular e nível nacional. Juntas deverão deliberar sobre o encaminhamento das lutas e sobre o seu relacionamento. Neste momento, esta articulação deve ser feita pela ANAMPOS, com base nos movimentos populares articulados.

III - PLANO DE TRABALHO DO SETOR SINDICAL

A ANAMPOS cumpriu um papel importante para a realização do I CONCLAT e criação da CUT. Após a CUT estar criada, é importante que a ANAMPOS continue atuando com características diferentes :

1. Mudando o eixo de sua atuação, dando prioridade para a articulação do setor popular, tendo em vista cumprir o mesmo papel que foi feito com relação ao setor sindical (CUT).
2. Mantendo o setor sindical, mas com objetivos limitados, no sentido de que a ANAMPOS vai fortalecer a estruturação e consolidação da CUT. Neste sentido, a ANAMPOS vai desenvolver as seguintes atividades :
 - a) dar apoio a todas as atividades que a CUT realizar com relação à execução do Plano de Lutas aprovado no I CONCLAT;
 - b) fortalecer a construção da CUT nos Estados onde está mais débil;
 - c) fazer nascer e fortalecer oposições sindicais e assessorar sindicatos combativos;
 - d) contribuir para a formação política de lideranças sindicais sur-

gidas no movimento de massas;

- e) articular sindicalistas que são minoritários em entidades não filiadas à CUT;
- f) contribuir com recursos para ajudar na implementação da CUT;
- g) manter a articulação tendo em vista, inclusive, a possibilidade de unificação do movimento sindical;
- h) apoiar especialmente os sindicatos rurais que enfrentam maiores dificuldades.

A ANAMPOS, setor sindical, se colocará nesta perspectiva de apoio à CUT durante o período que vai até agosto de 1984, período esse definido pelo próprio CONCLAT para a estruturação e consolidação da CUT. A continuidade desta linha de trabalho de apoio sindical dependerá da consolidação da CUT, devendo a ANAMPOS realizar uma avaliação logo após a realização do Congresso da CUT.

Sendo assim, conclui-se pela continuidade da ANAMPOS dentro dos limites acima traçados e mantendo os princípios anteriores: articulação de pessoas e não de entidades, para levar ao movimento sindical e popular propostas de acordo com os princípios dos documentos. A ANAMPOS tem caráter deliberativo para as pessoas que participam, até onde não entra em contradição com as deliberações de suas categorias ou entidades. Finalmente, com relação à questão partidária, reafirma-se o caráter apartidário da ANAMPOS, dela podendo participar todos os companheiros que concordam com seus princípios, independente do partido a que pertençam.

IV -- PLANO DE TRABALHO DO SETOR POPULAR

1. Sobre os Princípios Gerais da ANAMPOS - Setor Popular :

- a) Os movimentos populares são instrumentos para organização e mobilização das classes trabalhadoras, para a defesa de seus direitos, interesses e reivindicações perante o Estado e para o exercício de um Poder Popular.
- b) Independência do Estado, dos partidos políticos e credos religiosos.
- c) Garantir o exercício da democracia no Movimento Popular.
- d) Lutar para quebrar o isolamento que vive hoje o movimento popular, incentivando o surgimento de articulações a nível municipal, estadual, regional e nacional.
- e) Garantir a combatividade do movimento popular.
- f) Garantir que o movimento popular se constitua através de organizações representativas e de base.
- g) Respeitar as instâncias deliberativas já existentes no movimento popular.

2. Considerações preliminares para a elaboração da proposta de trabalho do setor popular :

- a) Sobre a necessidade de construção de uma articulação nacional dos movimentos populares

Constata-se que existem inúmeros movimentos populares em todos os Estados do Brasil, bem como a tendência de alastrarem-se mais, tendo em vista a crise e o desemprego.

Verifica-se, por outro lado, uma atomização dos movimentos populares e a ausência de mecanismos para sua articulação. A necessidade de se criar tais mecanismos é grande e sentida pelos membros de todos os Estados. NO entanto, não pode haver precipitação, pois corre-se o risco de ser criado algo sem base de sustentação.

Há questões a serem esclarecidas e encaminhadas que precedem a criação de tal articulação. Uma delas refere-se à diversidade do Movimento Popular que não se restringe a movimento de bairro (associações de moradores), mas abrange outros movimentos, tais como clube de mães, pastorais, associação de mutuários, etc. Destaca-se ainda a questão do movimento do campo que tem questões muito particulares e que não são especificamente sindicais. Essa diversidade nos encaminha à necessidade de uma reflexão sobre a abrangência do Movimento Popular, tipos de Movimentos Populares e suas especificidades.

Para que se defina o caráter dessa articulação nacional, a discussão passa necessariamente pelas questões acima levantadas, assim como pela articulação das lutas concretas e específicas. Isto quer dizer que uma articulação nacional deve ser construída dentro e a partir da unificação e da articulação das lutas e dos movimentos existentes. Neste sentido, ficou decidido que o Setor Popular da ANAMPOS deve ter como meta, como perspectiva, a criação de uma articulação nacional de movimentos populares, ficando a sua definição condicionada à implementação das condições necessárias para sua construção.

Durante a discussão sobre a construção de uma articulação nacional de movimentos populares, foi lembrada a existência da CONAM, mas houve um entendimento no sentido de que ela não é representativa e nem tampouco conhecida pelas bases dos movimentos populares. A CONAM não existe na prática e não é nosso papel criar suas bases. Neste momento, ainda não está claro o caráter de uma articulação nacional de movimentos populares a ser construída a partir da atuação da ANAMPOS, mas certamente não é o mesmo caráter que possui a CONAM.

b) Sobre a necessidade de uma política dos movimentos populares a nível nacional

Foi apontada a necessidade de se traçar uma política a nível nacional dos movimentos populares, bem como a necessidade de se definir um plano de lutas para a unificação do movimento. A concretização disso dar-se-á após a realização dos encontros estaduais do setor popular da ANAMPOS (conforme plano que segue), de onde serão extraídos os pontos e bandeiras de unificação, tanto a nível estadual, quanto a nível nacional.

3. Sobre o PLANO DE TRABALHO até a realização do próximo Encontro Nacional do Setor Popular da ANAMPOS :

a) Sobre a organização dos Encontros Estaduais do Setor Popular da ANAMPOS

Para discutir o que ?

- articulação e unificação das lutas populares (a nível municipal, estadual, regional e nacional);

- perspectiva de construção de uma articulação nacional de movimentos populares.

É importante para a discussão dessas questões :

- uma reflexão sobre as especificidades do movimento popular;
- uma discussão sobre a política do movimento popular;
- um conhecimento das forças que atuam no movimento popular e das propostas de articulação já existentes.

Quem participa destes encontros ?

Pessoas ligadas aos movimentos populares no Estado que aceitem os princípios gerais da articulação e que estiverem dispostas a trabalhar no sentido que definimos neste encontro.

Importante ainda - garantir a partir destes encontros:

a formação de uma coordenação a nível estadual do setor popular da ANAMPOS para levar à frente as propostas dos encontros estaduais, bem como desenvolver tarefas que visem garantir informação, formação e apoio à continuidade da articulação no Estado.

b) Sobre o calendário do Setor Popular da ANAMPOS :

Prazo para a realização dos encontros estaduais: até dezembro de 1984.

Realização do Encontro Nacional do Setor Popular da ANAMPOS : março de 1985.

c) Sobre o próximo Encontro Nacional do Setor Popular da ANAMPOS :

Devemos, no nosso próximo Encontro Nacional:

- Fazer um balanço dos resultados e questões levantadas nos enc. estaduais.
- Decidir sobre os próximos passos em relação à unificação e articulação de lutas, e a construção de uma articulação nacional de movimentos populares.

V - ESTRUTURA E COORDENAÇÃO DA ANAMPOS

1. Critérios de participação na ANAMPOS :

Ficou definido que o critério de participação na ANAMPOS é através de convites pessoais e intransferíveis de pessoas com uma prática de acordo com os princípios gerais da ANAMPOS dentro do movimento sindical e popular.

2. Sobre as Secretarias Estaduais da ANAMPOS :

Ficou definida a importância de se reativar e/ou criar Secretarias Estaduais da Anamos.

Ficou decidido que essas Secretarias Estaduais devem ter a mesma estrutura da Nacional. O número de coordenadores em cada Estado fica a critério do Estado, de acordo com suas possibilidades. Foi consenso de que, sempre que possível, esteja representado na Secretaria Estadual, no mínimo, um trabalhador rural.

São Paulo, 20 de maio de 1984

M. TRO. MOV. INS. ANIA (POP) NAS

9

Com. de Pastoral Vergueio
04 JUN 1986
DE DOCUMENTAÇÃO

ANAMPOS

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS MOVIMENTOS POPULARES E SINDICAIS
SETOR POPULAR

VI - ENCONTRO NACIONAL DA ANAMPOS - SETOR POPULAR

RELATORIO FINAL

Vitória, 20, 21 e 22/Setembro de 1985.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS MOVIMENTOS POPULARES E SINDICAIS
SETOR POPULAR

ANAMPOS

VI ENCONTRO NACIONAL DA ANAMPOS - SETOR POPULAR

RELATORIO FINAL

INTRODUÇÃO:

A ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais) não é uma entidade e nem pretende ser. Pretende, sim, estimular os movimentos populares a criarem a sua entidade. Assim, a ANAMPOS constitui-se numa articulação de pessoas (militantes de movimentos populares) que estabelece um fórum comum de debates com profundo respeito aos movimentos populares específicos. A partir dela tira-se diretrizes gerais no sentido da busca de articulação do Movimento Popular e Sindical.

A ANAMPOS existe desde fevereiro de 1980. Em 1981 houve um primeiro encontro específico de movimentos populares, mas em razão do empenho da ANAMPOS para a criação da CUT, o trabalho de articulação do Movimento Popular só foi retomado sistematicamente a partir do encontro nacional de maio de 1984.

Realiza-se agora um novo encontro composto basicamente de militantes do Movimento Popular de vários Estados, contando também com a presença de alguns sindicalistas - fundadores da Articulação, a fim de não se perder de vista o objetivo da manutenção e do aprofundamento da relação entre o Movimento Popular e o Movimento Sindical.

I - PARTICIPANTES:

1. Estados: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Amazonas, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Acre, Piauí, São Paulo, Pernambuco, Maranhão, Pará, Goiás e Distrito Federal.
2. Delegados 31
3. Convidados 06
4. Coordenação Nacional .. 08
5. Assessores 01
6. Observadores 05
- TOTAL 51

Observação: Dos Estados participantes, doze deles realizaram encontros prévios e desses, onze prepararam relatórios que foram distribuídos aos membros do Encontro.

II - PAUTA DO ENCONTRO

1. Avaliação das lutas e das articulações dos Movimentos Populares nos Estados;
2. Análise da conjuntura: geral e do movimento popular;
3. Por onde passa a unificação dos Movimentos Populares hoje?
 - a) a nível das lutas
 - b) a nível das articulações e entidades
4. Proposta da ANAMPOS para a articulação nacional de Movimentos Populares;
5. Encaminhamentos (reestruturação da coordenação, tarefas, finanças, etc.).

III - AVALIAÇÕES E DELIBERAÇÕES DO ENCONTRO

1. CONJUNTURA POLÍTICA E MOVIMENTO POPULAR

A Nova República representa um rearranjo dos setores mais astutos de tendência liberal da burguesia através de um amplo espectro de alianças e com a cooptação de importantes setores de oposição mais sensíveis a uma política de conciliação de classes. Não se pode negar que houve mudanças na Nova República. Elas se deram, basicamente, no terreno institucional. Há, hoje, maior liberdade de organização partidária, inclusive com a legalização dos partidos que estavam colocados na ilegalidade, há uma tímida proposta de reforma agrária visando, na prática, atender casos de conflito. Na questão sindical os avanços na legalização contemplaram conquistas que os trabalhadores já tinham conseguido na prática. Todas essas "concessões" da Nova República foram feitas "por cima", sem a participação do movimento popular.

O movimento popular vem alcançando um nível considerável de organização mas carece, ainda, de articulação é de direção política para influir na estrutura de poder e rumar para a construção de um PODER POPULAR.

Existem basicamente três forças políticas presentes no Movimento Popular: 1) Pólo combativo; 2) Reforma e 3) Direita (governo).

A Direita é quem sempre tem claro os seus objetivos, táticas e estratégias para manter-se no poder e subordinar a maioria do Povo. Cerca de 100 milhões de brasileiros encontram-se completamente à margem dos processos de decisão política, embora estejam aí os setores que dão base ao Movimento Popular. Entre estes 100 milhões e os demais 35 milhões de brasileiros, onde estão os partidos políticos tradicionais - centro do poder -, há um fosso tão profundo que alimenta no povo um sentimento contra a política institucional e cria no Movimento Popular, uma tendência anti-partidária.

Enquanto a Reforma (representada pelos partidos com organização centralizada e burocratizada) age taticamente em consonância com a Aliança Democrática por entender que as mudanças devem passar prioritariamente pelo plano institucional, o Pólo Combativo, ainda que admita a luta a nível institucional, considera mais importante a organização da base popular.

O Pólo Combativo surge na década de 70 com uma proposta de organização diferente e oposta à dos partidos comunistas existentes. Não se trata de ser anti-comunista. Ao contrário. Trata-se de lutar pelo socialismo, mas, sem acordos, conchavos e alianças com a Direita (burguesia), como vêm fazendo os partidos comunistas. O Pólo Combativo surge sabendo o que não quer ser, mas não sabe exatamente o que quer ser.

Há um fosso entre o Movimento Popular e os partidos políticos. Há uma negação e um distanciamento da institucionalidade. O grande desafio do Movimento Popular é romper esse fosso e essa distância sem que comprometa a sua independência e autonomia.

Na Nova República exige-se mais perspicácia dos militantes do Movimento Popular. As sutilezas são muito maiores pois as contradições não são tão flagrantes como na Ditadura Militar. É de fundamental importância uma maior qualificação dos militantes, para que sejam apontadas as contradições do novo governo e criados fatos políticos a fim de não se ficar a reboque da política institucional. O desafio é, portanto, articular o espaço institucional com o popular. Para isso é fundamental que o Movimento Popular se articule e vença algumas de suas limitações:

a) Carência de quadros

Há uma unanimidade no reconhecimento da carência de lideranças para o encaminhamento do Movimento Popular. A necessidade da formação de quadros para o desenvolvimento da capacidade política dos participantes de movimentos populares é premente.

A formação de quadros, no entanto, não deve se dar através de meros cursos, mas articulada às lutas concretas. Ou seja, a experiência deve ser refletida para que se retorne à luta num outro patamar de aprendizado. Neste sentido, é importantíssimo que as lideranças desenvolvam um domínio técnico e de informação para demonstrar competência na argumentação com representantes do Estado e/ou burguesia.

A formação de quadros deve ser um processo permanente e munido, também, de educação teórico/histórica, além de uma postura aberta para o estudo das diferentes linhas político-ideológicas existentes no campo das lutas populares.

b) Falta de Propostas Políticas

É prioritário pensar em propostas políticas claras para o Movimento Popular que orientem a ação na realidade mais próxima, ou seja, no dia-a-dia das lutas. Até agora o Pólo Combativo norteou-se por uma proposta política abrangente - o Grande Projeto - que pode ser resumido no seguinte: autonomia e independência em relação ao Estado e aos Partidos Políticos e controle e gestão popular do poder público.

Sem deixar de lado as características do Grande Projeto, o Movimento Popular deve, por exemplo, elaborar propostas alternativas políticas públicas e sociais, ter clareza política em relação à Reforma, às novas estratégias neo-populistas da Nova República, bem como à sua própria articulação.

Embora a Igreja nos últimos anos tenha tido grande importância no encaminhamento das lutas populares, não se pode esperar dela propostas políticas de longo prazo. O Movimento Popular do Pólo Combativo não pode ficar a reboque da Reforma e à espera que a Igreja vá dar receitas. Ele próprio precisa criar propostas e canais adequados. Como exemplo disso, as iniciativas de discussão de orçamentos municipais têm sido frutíferas.

c) Questão Financeira

A falta de recursos é outro problema crucial à medida que dificulta os processos de mobilização pois a população carente não tem condições de se locomover, principalmente no campo. O Movimento Popular deve criar formas

de auto-sustentação econômica, podendo, para isso, criar uma comissão especificamente voltada para esse fim.

d) Política da Nova República

Há um consenso de que a política da Nova República está agindo no sentido de cooptar lideranças e de desmobilizar e desarticular os Movimentos Populares através de uma política modernizante de cunho social. Diante disso o Movimento Popular não pode desconhecer e negar a prática política no plano institucional, sem, evidentemente, nela se perder.

Na atual conjuntura a luta unificada entre os diferentes movimentos populares, deve passar por três momentos principais: Constituinte, questão da terra: solo urbano e no campo e dívida externa.

2. ARTICULAÇÃO NACIONAL DO MOVIMENTO POPULAR

2.1. Por onde passa o Movimento Popular.

Na avaliação feita sobre as principais lutas e sobre as formas organizativas existentes, ficou constatado que os movimentos populares não passam somente pelas Associações de Moradores e/ou Movimentos Comunitários de bairros. Além destes, existem outros tantos (Movimento Sem-Terra, Movimento de Luta Contra o Desemprego, SAÚDE, Moradia e outros) que desenvolvem formas próprias de organização e de articulação sem que passem por canais formais.

Em alguns Estados os movimentos populares fluem prioritariamente através de Associações de Moradores, como é o caso do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pará. Nos demais Estados, embora existam - com maior ou menor intensidade - Associações de Moradores, o Movimento Popular passa, ainda, em grande parte, fora delas.

O grande desafio que se coloca hoje para o Movimento Popular é a criação de uma entidade nacional que contemple no seu interior movimentos populares tão diversos em termos de reivindicações e tão heterogêneos em termos organizativos.

A meta deve ser, portanto, criar uma entidade que abarque o amplo espectro de movimentos populares existentes no Brasil (mulheres, negros, transpor te, desempregados, sem-terra, solo urbano, habitação, saúde, etc.), sejam eles formalmente constituídos ou não.

2.2. Por uma Central de Movimentos Populares.

É fundamental, para superar as dificuldades e carências do Movimento Popular já apontadas, que este se articule através de um canal institucional em termos de Brasil.

Para a criação desta Central, são requisitos básicos:

- a) que a discussão da sua criação seja levantada amplamente no bojo dos movimentos e entidades, garantindo a sua estruturação a partir das bases.
- b) que seus estatutos contemplem tanto as entidades de caráter formal quanto os movimentos que não passam através delas ou que não tenham estrutura formal.

- c) que esteja voltada para o fortalecimento das lutas e contribua na organização política dos trabalhadores.
- d) que garanta o vínculo das lutas populares com as lutas dos trabalhadores da roça e da cidade, bem como com a luta política mais geral pela construção de um Poder Popular.
- e) que sua criação se dê em congresso amplo e democrático, após suficientemente debatida e enriquecida nos diversos movimentos e entidades.
- f) que a sua organização e funcionamento sejam dinâmicos e democráticos, favorecendo a participação das bases, contribuindo para o avanço das lutas populares, e respondendo às mudanças de conjuntura.

3. Passos para a criação de uma Central de Movimentos Populares.

3.1. Realizar, após prazo mínimo de 9 (nove) meses, Encontro Nacional da ANAMPOS (setor Popular e Sindical) precedido de Encontros nas bases (municipal e estadual).

3.2. Realizar, em fevereiro de 1987, Encontro Nacional de Militantes de Movimentos e Entidades do Pólo Combativo, promovido pela ANAMPOS, para o debate da proposta da Central de Movimentos Populares.

3.3. Realizar, sem prazo previsto, Encontro Nacional de Entidades e Movimentos Populares (animado pela ANAMPOS, mas dirigido pelos Movimentos e Entidades). Critério: convocado pela ANAMPOS.

3.4. Elaborar cartilha que divulgue a proposta da Central e contribua para esta discussão no seio dos Movimentos e Entidades.

4. Bandeiras de Lutas

A ANAMPOS reforçou as seguintes bandeiras de lutas para serem debatidas e difundidas junto com as lutas específicas:

- a) Desemprego
- b) Constituinte
- c) Reforma Agrária
- d) Dívida Externa
- e) 40 horas semanais
- f) Reajuste trimestral
- g) Solo urbano
- h) Saúde e Alimentação

5. Coordenação Nacional e Secretarias Estaduais.

Região Norte: Ubiratan Moraes Diniz + criação de uma Secretaria que contribua para a articulação do Acre e Amazonas.

Região Nordeste: Edna Teotonia dos Santos e Francisca Trindade.

Região Centro Oeste: José Antonio Carvalho e Mariaugusta Caio Salvador.

Região Sudeste: Paulo Giannini e Terezinha Baldassini Cravo.

Região Sul: Décio Schauren.

Assessores: Milton Simonetti, Frei Betto e Pedro Pontual.

TOODS A CONSTRUÇÃO DA CENTRAL DE ENTIDADES E MOVIMENTOS POPULARES !

Vitória, 23 de Setembro de 1985.

ENDEREÇOS:

1. Secretaria Nacional da ANAMPÓS:
Av. Brig. Luiz Antonio, 300 - sala 32 - CEP 01.318 - São Paulo/SP - (011)35.3952.
2. Ubiratan Moraes Diniz: (região Norte)
R. Alcindo Cacela - Passagem 12 de Novembro - 112 - Umarizal
CEP 66.030 - Belém - Para - (091) 224.6956.
3. Edna Teotonia dos Santos (região Nordeste)
R. Rosina Bazante, 75 - Vasco da Gama - CEP 50.000 - Recife/PE - (081)268.3242.
4. Francisca Trindade (região Nordeste)
R. Motorista Genésio Carvalho, 1520 - Agua Mineral
CEP 64.000 - Teresina - Piauí - (086)222.9119.
5. Antônio Carlos Gomes (região Centro Oeste)
R. José J. de Souza, 401 - Criméia Oeste
CEP 74.000 - Goiânia/GO - (062) 223. 2821.
6. Mariaugusta Caio Salvador (região Centro Oeste)
SQS 210 - bloco G - apto. 501 - CEP 70.273 - Brasília/DF (061) 243.2501.
7. Paulo Giannini (região Sudeste)
Av. Aimaré, 460 -Pq. Pirajussara -CEP 06.800 - Embú/SP - (011)494.4841 (rec.).
8. Terezinha Baldassini Cravo (região Sudeste)
R. Nilo Peçanha, 19 - Goiabeira II - CEP 29.000 Vitória/ES - (027) 225.9783.
9. Décio Schauren (região sul)
Estrada Dois, 221 - Vila São Francisco/Lomba do Pinheiro
CEP 90.000 Porto Alegre/RS - (0512) 36.2172.

SÉTIMO ENCONTRO NACIONAL

MENDES (RJ), 25/26/27 de Setembro de 1987

I - Introdução

Com a participação de 152 pessoas procedentes de 18 estados, realizou-se dias 25, 26 e 27 de Setembro de 1987, em Mendes, Estado do Rio de Janeiro, o sétimo encontro nacional da ANAMPOS.

A participação por estado foi a seguinte:

Acre	- 04	Pará	- 02
Amazonas	- 02	Paraíba	- 02
Bahia	- 05	Pernambuco	- 05
Espírito Santo	- 09	Piauí	- 03
Goiás	- 03	Rio de Janeiro	- 27
Maranhão	- 02	Rio Grande do Sul	- 07
Minas Gerais	- 06	Paraná	- 04
Mato Grosso do Sul	- 11	Santa Catarina	- 31
Mato Grosso	- 02	São Paulo	- 27

A atuação desses militantes se dá em Associações de Moradores e congêneres, movimentos específicos, pastorais, Centros de apoio e assessoria ao movimento, coordenações e entidades federativas de movimentos e associações. Sua simpatia ou convicção partidária abrange pelo menos quatro partidos da atualidade brasileira: PMDB, PDT, PT e PL.

II - Pauta do Encontro

A pauta do encontro foi constituída pelos seguintes tópicos:

- 1) Apresentação dos presentes e relato das suas atividades
- 2) Avaliação dos Movimentos Populares nos Estados
- 3) Análise de Conjuntura
- 4) Entidade Nacional: perspectivas e dificuldades levantadas pelos Estados
- 5) Questões do Movimento Popular
- 6) Propostas de trabalho para ANAMPOS

Os resultados das conclusões, exposições, debates, colocações e avaliações foram sintetizados na forma apresentada a seguir.

III - Caracterização do Movimento Popular

a) Formação da consciência de classe:

A forma como vemos o mundo interfere no modo como vamos intervir na realidade onde vivemos. Essa consciência social (visão de mundo) vai se formando durante dois processos vividos pelo trabalhador:

- 1) Processo de produção e troca de riquezas (mercadorias): vivido pelo trabalhador quando se dirige para e no local de trabalho (fábrica, comércio, banco, etc)
- 2) Processo de reprodução da força de trabalho: vivido pelo trabalhador fora do espaço de produção e troca de mercadorias: habitação, saúde, lazer, alimentação, educação, meio-ambiente.

Essa consciência pode ser ingênua ou transformadora. Se temos uma concepção ingênua do mundo acreditaremos que esta realidade de exploração não será alterada em favor dos trabalhadores a não ser pela boa-vontade dos dominantes. Mas se nossa visão de mundo for transformadora iremos nos empenhar para o rompimento com essa sociedade capitalista e pela construção de um mundo mais justo e fraterno. Há entre a consciência ingênua e a consciência transformadora um espaço preenchido por aqueles que manifestam um pensamento intermediário acerca da realidade social.

O Movimento Popular é um instrumento que contribui para clarearmos nossa visão de mundo, levando nossa consciência a uma concepção transformadora.

b) Conquista de melhorias imediatas:

O movimento popular é também um potente instrumento de luta pelo atendimento das necessidades existentes ao nível da produção e troca de mercadorias, da reprodução da força de trabalho, e contra discriminações político-ideológicas existentes na sociedade. Ao nível da produção temos como exemplo a luta por melhores transportes; da troca temos a organização de compras comunitárias; da reprodução da força de trabalho, temos a luta por moradia, saúde, terra, preservação do meio-ambiente; da discriminação político-ideológica temos a luta dos deficientes, mulheres, índios, negros, etc.

Em outras palavras: na prática as lutas populares além de alcançarem as reivindicações colocadas, também despertam a consciência, criam organização, estimulam a mobilização popular, dependendo da forma como são conduzidas.

Para se articular o Movimento Popular tendo em vista que não ocorra um esvaziamento após a conquista de uma reivindicação é preciso ter algumas preocupações durante o trabalho:

- 1) Tanto as lideranças quanto as bases do movimento devem ter claro que a sociedade é dividida em classes sociais: os capitalistas (burgueses) e os trabalhadores (proletariado). Essas classes estão em constante conflito e seus interesses jamais serão os mesmos.
- 2) Entender que o Estado está nas mãos da burguesia defendendo os interesses dos capitalistas, e que apesar de fazer certas "concessões" aos trabalhadores, quando fazem, pensam num próximo momento, dar lucros e benefícios aos capitalistas.
- 3) Ter claro que o trabalhador é explorado no trabalho ("salário de fome", péssimas condições de trabalho, etc) e no bairro (falta de escola, de hospital, de locais de lazer, de moradia, de transporte, etc).

Todas essas preocupações contribuem para a formação da consciência de classe dos trabalhadores.

c) Distinção do movimento sindical:

Existe uma distinção muito clara entre movimento sindical e movimento popular. O Movimento Sindical envolve trabalhadores diretamente assalariados, que reivindicam melhores salários e condições de trabalho mais favoráveis. É mais constante devido à composição de classe e de categoria. A maior parte do tempo dos trabalhadores é dispendida em seus locais de trabalho, o que contribui para a organização do movimento. Sua arma mais forte é interromper suas atividades através da greve e afetar diretamente todos que possuem o Capital (patrões, empresários, banqueiros....)

O Movimento Sindical dispõe de instituições regulares para sua organização e representação - as associações profissionais e sindicatos - conta com considerável infra-estrutura, institucionalizada pelo Estado para mantê-la nos estritos limites da legalidade burguesa.

Os Movimentos Populares, por outro lado, envolvem trabalhadores das mais diversas categorias (inclusive autônomos, aposentados, desempregados, etc.) e suas famílias (estudantes, donas-de-casa, etc.), ten

em comum necessidades ou discriminações que nem sempre afetam a todos (transporte, habitação, educação, saúde, meio-ambiente, lazer, creches, discriminação racial, sexual, etc.).

Os Movimentos Populares surgem devido à precariedade da situação de vida do trabalhador. Essa situação de vida leva à organização de parcelas dessa classe em comissões, associações, coordenações, etc., que buscam mobilizar pessoas interessadas nas lutas por melhorias de vida e contra as discriminações que sofrem. As comissões, associações e coordenações são compostas por voluntários que, além de estarem na luta, são pessoas que têm compromissos profissionais e familiares. Essas organizações raramente são institucionalizadas e dispõem de poucos recursos e infraestrutura para divulgação e sustentação de suas lutas.

Algumas cidades avançaram organizando entidades que aglutinam os moradores, canalizam suas aspirações e representam seus interesses. São as associações de moradores, centros comunitários, sociedades de defesa do verde, dentre tantas denominações existentes. Entretanto, isto não resolve todos os problemas que o movimento popular enfrenta.

d) Cooptação feita pelo estado:

Desde os anos 50 existem tentativas de diversas prefeituras incentivarem a criação destas entidades com o objetivo de atrelá-las ao Poder Municipal e usá-las como "correia de transmissão" dos políticos no poder. Entretanto, quando essas entidades conseguem manter-se com o compromisso exclusivo de serem representantes dos moradores e de seus interesses, elas são um passo na organização das lutas, podendo dispor de espaço físico, diretoria constituída por período determinado, um mínimo de infraestrutura própria, etc.

Concluindo: o Estado como mediador do conflito de classes provedor das condições gerais para a produção de mercadorias e reprodução da força de trabalho, procura manter a exploração do capital sobre o trabalho. Usa para isso a coerção e a ideologia burguesa que predomina enquanto instrumento poderoso de convencimento da classe dominada, argumentando que "é justa a forma pela qual a sociedade está estruturada" e mantém assim a supremacia da classe dominante.

e) O que é movimento popular:

Entretanto, a partir das necessidades não supridas pelo Estado e pela discriminação racial e social cristalizada no seio da sociedade burguesa, surge o movimento popular. Seu papel é conquistar o atendimento

das necessidades imediatas da população e alterar o padrão das relações sociais discriminatórias. Nesse processo vai-se construindo o Poder Popular.

A partir daí pode-se afirmar que todos os movimentos que desempenham esse papel necessário à transformação social são movimentos populares: movimentos de bairro, vilas, favelas (entidades de bairros); lutas específicas a nível de moradia, movimentos de defesa dos favelados, movimentos ecológicos, movimentos de mulheres, movimentos de negros, etc.

Mas espontaneamente e desarticulados esses movimentos não conseguirão desempenhar seu papel de forma eficaz e integral. É fundamental criar estruturas adequadas à complexidade e ao dinamismo do movimento popular. Aglutinar, articular e direcionar as forças dispersas do movimento é condição para seu avanço.

f) A necessidade de articulação:

Nossa tarefa é construir uma Entidade Nacional de acordo com a realidade brasileira. Uma entidade que aglutine, represente, fortaleça e dirija todos os movimentos populares existentes. Dessa forma a Entidade Nacional irá de maneira mais eficaz, organizada e representativa, desempenhar o seu papel que é de:

- 7 conquistar reivindicações imediatas;
- apresentar propostas de gestão para a política governamental;
- enfrentar a ideologia dominante, a discriminação e o preconceito;
- desenvolver nesses processos a consciência de classe dos trabalhadores;
- contribuir para a transformação da sociedade capitalista.

Esta Entidade Nacional, de cuja falta hoje nos ressentimos, deverá refletir de forma nova e criativa, a pluralidade do Movimento Popular para não perder a riqueza do movimento e para cumprir seu objetivo maior, que é avançar ao lado de outras forças rumo ao rompimento com a sociedade capitalista.

IV - Conjuntura do Movimento Popular

A conjuntura do movimento popular é parte de um contexto mais amplo, envolvendo a realidade brasileira e necessariamente, a conjuntura internacional. Isto porque o conjunto de nações que compõe o mundo capitalista é interdependente, tendo à frente os países chamados do primeiro mundo (EUA, Europa e Japão), que determinam os rumos da economia.

A economia brasileira, como a de todo o terceiro mundo, está internacionalizada. É afetada diretamente pela troca desigual entre países, pois os preços são controlados pelas potências mundiais, pelos grandes bancos e cartéis.

Apropriam-se da mais-valia (lucro) aqui produzida utilizando para isso as empresas multinacionais, os preços desiguais e os mecanismos da dívida externa. O governo é um mero fantoche a serviço do capitalismo internacional.

O governo Sarney não tem mais legitimidade, nem respaldo popular. A tentativa de se consolidar no poder e ganhar o apoio do povo através dos pacotes econômicos fracassou. Hoje seu governo é marcado por profundas contradições internas, que dificultam a realização de um projeto político claro e definido. Tornou-se, portanto, incapaz de realizar as mudanças reclamadas pelas classes populares e aprofundou cisões entre diferentes setores da classe dominante.

A economia do país está organizada e ajustada em função dos interesses das grandes corporações internacionais, como já foi dito. O FMI é que determina e planeja a política econômica, o pagamento dos juros e amortizações da dívida externa. As relações comerciais injustas no mercado internacional fazem crescer assustadoramente, ao mesmo tempo, a miséria de milhões de brasileiros e o acúmulo de riquezas nas mãos dos monopólios capitalistas.

A política do governo vem provocando recessão, desemprego, fome e miséria em todo o território nacional. As perdas salariais acumuladas de fevereiro de 86 a julho de 87 chegam a quase 50%. O desemprego cresce mensalmente, jogando no desespero milhões de trabalhadores só nos últimos meses. O salário mínimo cai a valores quase nunca alcançados desde que foi instituído.

A reforma agrária não se realiza. Cresce assustadoramente a concentração da propriedade, tornando o latifúndio ainda mais forte e poderoso. Como consequência acentua-se a migração interna, a grilagem e a devastação da natureza. Cresce a violência no campo, organizada pelo partido do latifúndio - a UDR. Só neste ano de 1987, dezenas de trabalhadores rurais já foram assassinados.

Na cidade, a concentração do solo urbano nas mãos da especulação imobiliária impede que milhões de brasileiros tenham acesso à moradia. O sistema de transporte coletivo não atende às necessidades do povo.

A Constituinte, fundamentalmente controlada pela classe dominante, se distancia das reais aspirações da classe popular. Ainda que se deva levar em conta a participação ativa de parlamentares comprometidos com o povo e as emendas populares que totalizaram milhões de assinaturas, a nova Constituição parece não incorporar os interesses substantivos da classe trabalhadora e tende a sacramentar os interesses corporativos da burguesia e do latifúndio.

O crescimento econômico do país não alcança metade do que seria necessário para atender às demandas geradas pelo crescimento da população economicamente ativa, nem tampouco às metas de crescimento definidas pelo governo. O déficit público não se reduz, os investimentos de iniciativa privada mal ultrapassam 50% do que seria necessário para garantir o ritmo de desenvolvimento, surgindo inclusive o risco de o país perder sua capacidade de produzir (sem investimentos e com o envelhecimento das fábricas em operação).

A burguesia perdeu o controle da situação econômica e somente a falta de consciência de classe, organização e mobilização dos explorados impedem a classe trabalhadora de tomar o poder político.

Nos diversos estados, as lutas (organizadas ou até espontâneas) por solo urbano, moradia, transporte coletivo, direitos dos índios, terra, saúde, saneamento básico, contra a violência, as barragens, por conquistas na Constituição, das mulheres e negros, pela preservação do meio ambiente, continuam mobilizando em maior ou menor grau. Mas o movimento popular se ressentia da cooptação de lideranças pelo governo, da falta de articulação, da falta de formação de lideranças, da falta de uma política mais clara para o "agora" e para o "longo prazo", da falta de estrutura financeira, da falta de direção política, da política assistencialista desenvolvida pelo governo. É preciso preparar a constituição política do movimento popular. É fundamental a organização de uma Entidade Nacional.

V - Propostas da ANAMPOS

A ANAMPOS avançou significativamente nestes dois anos, tanto política quanto organizativamente. Alguns acontecimentos contribuíram para este avanço:

- a melhor estruturação da ANAMPOS;
- o próprio avanço do movimento popular;
- o amadurecimento das lideranças do movimento popular;
- a necessidade de se articular os movimentos;

Não se pode negar que as metas eram bem mais amplas e profundas, e por inúmeras dificuldades já apontadas anteriormente não se avançou o tanto que era necessário.

Mas também não se pode negar que agora a proposta de uma Entidade Nacional é irreversível, que já não é mais uma idéia apenas, que a Entidade Nacional deixou de ser uma proposta em resposta a uma carência do movimento popular e passou a ser um objetivo, uma meta colocada pelo movimento popular de norte a sul do país, para o qual se traçam planos e se definem táticas em todos os estados. Já não se questiona mais sua validade. A Entidade Nacional ainda não está criada, mas neste encontro já está lançada sua pedra fundamental.

É preciso fortalecer a organização e estruturação da ANAMPOS nos estados, divulgar a caminhada da Entidade - iniciada neste encontro para possibilitar a participação de todos, discutindo amplamente o processo de sua construção para que realmente ela seja de base, representativa e democrática.

É preciso reforçar a estrutura nacional da ANAMPOS, constituir uma secretaria nacional que seja ágil e eficiente, organizar e atender às necessidades de formação e aprofundamento, ampliar o quadro de colaboradores-assessores, regularizar a publicação de um informativo de massa, enfim, garantir um futuro congresso do qual participem efetivamente todas as forças combativas do Movimento Popular.

V - Conclusão

Para garantir as metas indicadas, o plenário do Sétimo Encontro Nacional da ANAMPOS estabeleceu que:

- Será marcado para o primeiro semestre de 1989 o próximo encontro Nacional da ANAMPOS. Esse encontro definirá o Congresso de Fundação da Entidade Nacional dos Movimentos Populares, e será precedido de encontros estaduais e regio-

nais, nos quais serão indicados delegados e observadores de entidades e movimentos populares.

- Cada Estado designará um coordenador estadual. A coordenação plenária nacional será composta pelos coordenadores estaduais e pela coordenação nacional da secretaria executiva, e se reunirá pelo menos uma vez por ano.
- Comporão a assessoria nacional da ANAMPOS: Frei Betto, Pedro Pontual, Paulo Afonso de Brito, Júlia Petri, Milton Simonetti, Nilson Mourão, Zuleika Minussi, Luiza Beth Fernandes, José Augusto Zaniratti, Ubiratan Diniz e Matsuel Martins da Silva.
- Será organizada em Vitória (ES) a secretaria nacional, sob a coordenação de Devanir Ribeiro e Milton Simonetti.
- Serão realizados encontros para aprofundamento e formação de lideranças, a nível estadual e regional. Procurar-se-á conhecer outras experiências semelhantes da América Latina.
- Devido a problemas e limites já apontados anteriormente, o nordeste continuará com a antiga coordenação regional por um período de seis meses a um ano, no máximo.

A P Ê N D I C E

Textos para Aprofundamento

APÊNDICE

"Na produção social de sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relação de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência." Karl Marx, Prefácio à "Contribuição à Crítica da Economia Política", Obras Escolhidas (3 vols.), vol. 1.

"A Economia Política começa pela mercadoria, pelo momento em que se trocam uns produtos por outros, seja por obra de indivíduos isolados, seja por comunidades de tipo primitivo. O produto que entra em intercâmbio é uma mercadoria. Mas o que o converte em mercadoria é, pura e simplesmente, o fato de que a coisa, ao produto, vai ligada uma relação entre duas pessoas ou comunidades, a relação entre o produtor e o consumidor, que aqui já não se confundem na mesma pessoa".

"No simples fato de tratar-se de uma relação já vai implícito que há dois lados que se relacionam entre si. Cada um desses dois lados é estudado separadamente, de onde logo se depreende a sua relação recíproca e a sua interação. Encontramos contradições que exigem uma solução. Mas, como aqui não seguimos um processo abstrato de pensamento que se desenrola apenas na nossa cabeça, mas uma sucessão real de fatos, ocorridos real e efetivamente em alguma época, ou que ainda continuam ocorrendo, estas contradições terão também solução. E se estudarmos o caráter desta solução, veremos que esta se verifica criando uma nova relação, cujos dois lados contrapostos precisaremos desenvolver em seguida e, assim, sucessivamente." Friedrich Engels, a "Contribuição à Crítica da Economia Política", de Karl Marx, Obras Escolhidas (3 vols.), vol.1.

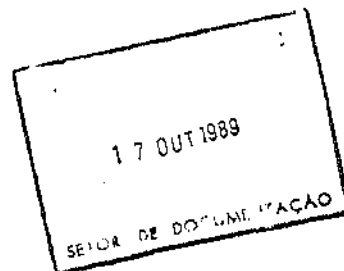
"A concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar os seus produtos. De conformidade com isso, as causas profundas de todas as transformações sociais

e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens... mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia da época de que se trata." Friedrich Engels, *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, Obras Escolhidas (3 vols.), vol.2.

"Marx demonstrou que toda a história da humanidade, até hoje, é uma história de lutas de classes, que todas as lutas políticas, tão variadas e complexas giram unicamente em torno do poder social e político de umas e outras classes sociais; por parte das classes caducas para conservar o poder e, por parte das classes novas, para conquistá-lo. E o que dá origem e existência a essas classes? As condições materiais, tangíveis, em que a sociedade de uma época dada produz e troca o necessário para seu sustento." Friedrich Engels, "Karl Marx", Obras Escolhidas (3 vols.), vol.2.

"Será preciso grande perspicácia para compreender que as idéias, as noções e as concepções, numa palavra, que a consciência do homem se modifica com toda mudança sobrevinda em suas condições de vida, em suas relações sociais, em sua existência social? ...Quando se fala de idéias que revolucionam uma sociedade inteira, isto quer dizer que, no seio da velha sociedade, se formaram os elementos de uma nova sociedade e que a dissolução das velhas idéias marcha de par com a dissolução das antigas condições de vida." Karl Marx e F. Engels, *Manifesto do Partido Comunista*, Obras Escolhidas (3 vol.), 1 vol.

"A teoria materialista de que os homens são produto das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produto de circunstâncias diferentes e de educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado. Leva, pois; forçosamente, à divisão da sociedade em duas partes, uma das quais se sobrepõe à sociedade (como, por exemplo, em Robert Owen). A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como prática transformadora ... Os filósofos não fizeram mais que interpretar o mundo de forma diferente; trata-se porém de modificá-lo". Karl Marx, *Teses sobre Feuerbach*, Obras Escolhidas (3 vol.), vol.3.



oitavo encontro nacional da

ANAMPOS

documento de belo horizonte

belo horizonte, 11,12 e 13 de agosto de 1989

PELA CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA DE MOVIMENTO POPULAR

I - INTRODUÇÃO:

Este documento é o resultado das discussões do 8º Encontro Nacional da ANAMPOS e traz sistematizados os principais elementos da Concepção Estratégica de Movimento Popular que a ANAMPOS acumulou e desenvolveu ao longo de sua história.

A Avaliação da Conjuntura, do Movimento Popular e a Concepção Estratégica aqui apresentadas fundamentam a proposta de uma Entidade Nacional que unifique e dirija o Movimento Popular do país, e este será o principal subsídio da ANAMPOS e da Comissão Pró-Central para o processo de construção da Central do Movimento Popular.

Belo Horizonte, 13 de Agosto de 1989.

II - ANÁLISE DE CONJUNTURA:

A) Economia e Política

1 - A profunda crise econômica, a sucessão presidencial, a vitória das esquerdas nas eleições municipais, representando seu crescimento, assim como o crescimento do Movimento Popular, são os aspectos mais importantes que caracterizam a conjuntura brasileira e nos quais as elites procuram garantir seus interesses.

2 - O Brasil vive uma crise econômica profunda, que já atravessa a década de 80. É uma crise de um modelo de desenvolvimento imposto pelos governos pós-64, articulados com o capital internacional. Somos um país com muitas riquezas: uma fantástica mão-de-obra, recursos naturais em abundância, um mercado consumidor em potencial, classificados como a 8ª economia capitalista do mundo. No entanto, todo este potencial de desenvolvimento e riqueza se traduz hoje em pobreza, em concentração da renda. Decorrida a década de oitenta, nosso Produto Interno Bruto (PIB) tende a um crescimento igual a zero. De cada três pessoas, duas consomem menos do que 2.240 calorias diárias (padrão mínimo estabelecido pela FAO). Existem hoje cerca de 40 milhões de brasileiros em estado de pobreza; 30 milhões de analfabetos; 8,5 milhões

de crianças, em idade escolar, fora da escola; a metade das casas sem luz elétrica. A inflação beira os 30% mensais, a dívida externa em 115 bilhões de dólares, com uma dívida interna pública que tende a chegar ao tamanho da externa.

3 - Os principais problemas da economia brasileira continuam: a inflação, a dívida externa e a dívida interna. Amarrados às regras ditadas pelo FMI, os governos - em especial o governo Sarney - não "conseguem" resolver estes problemas centrais. Vale lembrar que no governo Sarney - 1985/89 - passamos por quatro "pacotes econômicos": os planos Cruzado I e II, Plano Bresser e Plano Verão. Também já vivemos duas alterações de moeda: de cruzeiro para cruzado e de cruzado para cruzado novo. A ciranda de ministros continua: já presenciamos o quarto ministro da fazenda: Dornelles, Funaro, Bresser e Mailson. Tudo indica que em breve ocorrerá outra troca.

4 - O clima é de "final de festa", onde cada um procura levar o que sobrou, sair pela porta dos fundos, sem nenhuma responsabilidade em limpar e reorganizar o local da festa. O governo e seus burocratas estão contaminados pela AIDS da falta de credibilidade. A economia parou, todos os setores da sociedade aguardam um novo governo. Neste meio tempo, o governo já perdeu quase todos os instrumentos de política econômica: as políticas fiscal, monetária, o controle das dívidas externa e interna. Na segunda quinzena de junho, o governo deu voltas, tentou esticar o falso "congelamento" dos preços, adiou a reindefinição dos preços e ensaiou um pacote para diminuir o consumo. Em grande parte, tudo está em função da sucessão presidencial. Os presidentiáveis, por sua vez, apresentam planos econômicos ainda muito vagos, calcados em chavões de combate à corrupção, distribuição de renda, acabar com a inflação, aumentar salários, etc... Dentre a galeria de candidatos, a ampla maioria propõe um projeto que não apresenta um rompimento com as regras impostas pelo sistema financeiro internacional, com os "compromissos" já assumidos com os banqueiros internacionais, com a sangria de recursos deste país. As candidaturas de esquerda como a Frente Brasil Popular (PT, PSB e PC do B), o PCB, são as únicas vinculadas a uma mudança radical da economia brasileira.

5 - As perspectivas são muito ruins. O governo já aplica um novo choque econômico que inclui: liberação dos preços da maioria dos produtos, aumento das tarifas públicas e impostos, diminuição do crédito, fim de todos os subsídios, controle da base monetária, corte drástico nos gastos públicos, demissões de funcionários públicos; política salarial diferenciada, por faixas salariais, "protegendo" os de baixa renda e livre negociação para as altas rendas. No "exterior", vem se confirmando a possibilidade de uma moratória "técnica", isto é, o Brasil não está conseguindo os 2,8 bilhões de dólares que lhe faltam para pagar juros em setembro. Se tiver que abrir mão de suas reservas cambiais, a moratória será inevitável e nestas perspectivas, a hiperinflação sobrevoa a economia brasileira.

6 - O quadro pré-eleitoral está marcado pelo desgaste crescente da legitimidade do governo Sarney, pela vigência da nova Constituição de caráter liberal-conservador, por um Congresso esvaziado e controlado pelo fisiologismo, e pelo crescimento das forças de esquerda nas eleições municipais de novembro/88.

7 - A grande questão do processo sucessório para as elites é conseguir viabilizar popularmente e politicamente um candidato confiável para o projeto liberal-conservador em curso. Este candidato deve ser capaz de enfrentar os "perigos" das alternativas liberal-progressistas como Lula (PT, PC do B, PSB) e ainda Roberto Freire (PCB). As alternativas à direita não têm reais chances de acumular apoio significativo.

8 - Neste quadro, apresentam-se com chances reais três projetos políticos para o país, materializados em várias candidaturas.

9 - O projeto liberal-progressista, caracterizado pela disposição de efetivar reformas na estrutura social do país e por uma certa sensibilidade em relação à justiça social, se apresenta em duas vertentes. A primeira delas, mais expressiva, é representada por Brizola (PDT), antigo líder e dirigente das lutas por reformas de base na sociedade na década de 60, sustentado pela sua política populista.

10 - A outra alternativa liberal-progressista é Covas (PSDB), um político social-democrata, cuja tradição não é populista, mas sobretudo do reformismo liberal de setores significativos da elite brasileira e é de confiança do grande empresariado nacional.

11 - Dentro deste quadro, percebemos contradições entre as posturas e programas pretensamente democratizantes de algumas candidaturas que, em certos momentos, fazem alianças com grupos de tradição de extrema direita em algumas regiões do país.

12 - À esquerda, as forças socialistas e democrático-populares se uniram na Frente Brasil Popular com a candidatura de Luís Inácio LULA da Silva, do PT, e de Roberto Freire do PCB. Lula representa a condensação eleitoral de todo o crescimento dos Movimentos Sociais no país, bem como o amadurecimento da parcela mais significativa das forças de esquerda. Pela primeira vez na história nacional, as forças populares conseguem disputar uma eleição presidencial com um candidato próprio, e líder de amplas camadas sociais, dos marginalizados a setores da camada média da população.

13 - Atualmente, entre os vários candidatos da elite do país, a candidatura Collor aponta como a principal alternativa que eleitoralmente possa garantir a vitória para seu projeto liberal-conservador, articulado com os militares, com o grande empresariado nacional e com os interesses internacionais no país. Outro candidato é Ulisses Guimarães, embora com menor expressão. É líder histórico do PMDB, partido que foi o sustentáculo da transição conservadora, mas sua maior debilidade é a vinculação com o governo Sarney.

14 - Collor de Mello, ex-governador de Alagoas, apresenta-se à nação com grande colaboração da Rede Globo, como um candidato que vem de fora dos esquemas políticos tradicionais, mas não apresenta programa concreto de governo. Com a vitória das esquerdas nas eleições municipais de 88, parecia que o projeto liberal-conservador das classes dominantes estava sem chances na sucessão presidencial. A candidatura Collor, detendo grande maioria da preferência dos eleitores já definidos, é uma forte possibilidade de a burguesia "dar a volta por cima". Collor construiu a imagem de "caçador de Marajás", tocando em um ponto muito sensível das massas populares: o repúdio à corrupção e às mordomias, o descrédito nos parlamentares, nos governos e políticos em geral. Frente à maior crise econômica da história do país e dá desmoralização das instituições políticas, Collor de Mello consegue se apresentar como um "não político" e mais ainda, como o "salvador da Pátria". Sua candidatura cresce principalmente em função da ideologia dominante penetrada nas massas, que valoriza o jovem, o bonito, o "bem sucedido" na vida.

15 - assim, a conjuntura brasileira está estruturada em torno da possibilidade de ruptura na transição conservadora, que é a grande preocupação dos donos do poder hoje. Evidências disso são o crescimento das forças democráticas e de esquerda nas Eleições Municipais de 88 e o crescimento também de setores de extrema-direita com ações terroristas, contra o crescimento da esquerda.

16 - A problemática econômica, as políticas públicas, os dilemas dos Movimentos Sociais e outras questões importantes estão hoje articuladas diretamente com o eixo central da conjuntura, que é a campanha eleitoral. É em torno dela e também no processo de elaboração das Leis Orgânicas dos Municípios, como espaço de alteração da correlação de forças, que todos os setores políticos do país se debruçam.

B) Movimento Sindical

17 - O último Congresso Nacional da CUT avançou no sentido de atacar alguns problemas do Movimento Sindical como o peso da cooptação do Estado via estrutura corporativa e paternalista, o imposto sindical que ainda possui peso significativo na renda da maioria dos Sindicatos, o assistencialismo na saúde como fator de sindicalização dos trabalhadores e a dificuldade de garantir saldos organizativos significativos para o Movimento.

18 - O Movimento Sindical brasileiro, e a CUT principalmente, encontram-se diante do desafio de buscar a radicalização da democracia sindical embasada nas comissões por local de trabalho, e na efetivação de iniciativas que se dirijam a garantir a sustentação autônoma das entidades. É o momento decisivo de superar efetivamente uma prática sindical conservadora e de construir um novo patamar de luta. Sem isso, a atomização das lutas prosseguirá, o crescimento de forças conservadoras associadas a setores do empresariado e do governo se consolidará, e a classe trabalhadora brasileira ficará sem alternativas consistentes de resistência e luta contra o empobrecimento patrocinado pelo grande capital.

C) Movimento Popular

19 - Nos últimos dois anos, o aspecto qualitativo do Movimento Popular tem crescido numa proporção bem menor ao quantitativo

(número de entidades e movimentos que surgiram e surgem), embora se saiba que em alguns setores o movimento popular tem tido avanços neste aspecto, dá demonstrações vivas do seu potencial de luta (como as ocupações de áreas urbanas, prédios) e vem ocupando o seu espaço enquanto "Movimento Estratégico", ao lado do Movimento Sindical, Partidos Políticos que representam interesses populares e Estado. Nesse sentido, é importante lembrar a contribuição do trabalho de setores da Igreja, comprometidos com a luta popular (CEB's, etc), na construção e fortalecimento do Movimento Popular a nível nacional. Existem tentativas de aglutinação e unificação de algumas lutas como do transporte com a Articulação Nacional pela Luta do Transporte; da Reforma Urbana, com a Articulação Nacional do Solo Urbano; da articulação dos inúmeros Movimentos Negros do país e da ANAMPOS - Articulação Nacional dos Movimentos Populares - que dá passos decisivos, neste 8º Encontro, na direção do processo de construção da Central Nacional do Movimento Popular.

20 - Há necessidade de unificação de lutas articuladas pelo conjunto da classe trabalhadora, através de suas instituições e organizações com bandeiras comuns como: luta pela Reforma Agrária, contra a Dívida Externa, contra a privatização dos serviços públicos, contra o arrocho salarial, pelo congelamento de preços, etc.

21 - Entretanto, são muitas as debilidades do Movimento Popular; entre elas destacamos em primeiro lugar aquelas que têm suas origens na história, na formação do Movimento enquanto tal.

22 - O atrelamento ao Estado e o assistencialismo, praticados por inúmeras entidades do Movimento, como se fossem os "braços" do governo no bairro, são marcas que herdamos. Isto é produto da política que vigorava em todo o país quando surgiram as primeiras entidades do Movimento Popular, que são as Associações de Moradores de Bairros, em 1934, em São Paulo e no Rio Grande do Sul e embora nunca tenha deixado de existir, esta política foi reeditada pelo governo José Sarney desde 1985, com mecanismos e formas modernas.

23 - Esta prática assistencialista e de cooptação do Movimento Popular e de suas lideranças expressa a concepção de Movimento Popular da classe dominante. Esta concepção forjou gerações de dirigentes e lideranças com fortes características personalistas, individualistas, carregadas de vícios, e uma prática fisiológica, onde a re-

representatividade e legitimidade são desconsideradas, onde o apoio eleitoral passa a ser um elemento de troca por benefícios pessoais, etc. Além disto, a inexpressão deste Movimento enquanto "ator social" representativo e de massas, muito contribuiu para que dirigentes do Movimento Sindical e organizações político-partidárias mais conseqüentes secundarizassem durante muito tempo o seu importante papel para uma sociedade como a Brasileira, o que dificultou ainda mais o seu crescimento e fortalecimento.

24 - Alterações estruturais e as conseqüências da conjuntura influenciaram bastante no desenvolvimento da ação e crescimento do Movimento Popular. Nas últimas três décadas, a relação entre a população urbana e rural do Brasil foi invertida: em conseqüência do êxodo rural, da não realização da Reforma Agrária, da política Agrícola do governo, enfim, do forte avanço do capitalismo no campo, a população urbana passou de 30% para 75% da população total, criando desta forma uma gigantesca demanda de infra-estrutura nas cidades e que pelas contradições intrínsecas do capitalismo e pela dificuldade que o Estado encontrou para acompanhar estas modificações estruturais, estas demandas não são atendidas nem mesmo de forma regular, em função de seu caráter de classe, comprometido com a classe dominante. Isto possibilitou o surgimento e o crescimento de inúmeras entidades e movimentos urbanos empenhados na luta pela melhoria das condições de vida nas cidades, fortalecendo a sociedade civil e exigindo novas formas de ação e relação com o Estado.

25 - as razões conjunturais, que estão intimamente relacionadas com as estruturais, explicam algumas das debilidades do Movimento Popular. Desde 1985 vêm ocorrendo modificações nas políticas governamentais, na forma do Estado relacionar-se com o Movimento Popular, tanto a nível Federal, como Estadual e Municipal. Estas modificações materializam-se através de obras assistenciais, projetos de cunho social que aumentam a capacidade dos governos e seus partidos cooptarem lideranças e neutralizarem os movimentos reivindicatórios. A nível econômico, é cada vez menor a capacidade de compra da população que, junto a outros indicadores, contribui para o crescimento da descrença generalizada de que seja possível administrar o país de forma diferente. Este estado psicológico de desesperança, que foi produzido pelos meios de comunicação de massa, é uma arma importante para dificultar o avanço da participação da massa nos movimentos e sua conseqüente politização.

26 - Tudo isto explica as debilidades do Movimento Popular que em síntese são:

- a) dificuldades de unificar as lutas e reivindicações; diminuindo o impacto social do movimento;
- b) multiplicação de entidades sem representatividade;
- c) carência de dirigentes, lideranças intermediárias capacitadas para responder às novas exigências do movimento;
- d) grande fragilidade do Movimento frente à capacidade do Estado em cooptar lideranças e atrelar entidades;
- e) as Direções das entidades, na sua maioria, não tem uma atuação coletiva;
- f) entidades do Movimento Popular ainda não conseguem ser referência para a população;
- g) dificuldade de ligação das lutas e reivindicações específicas com as lutas mais gerais da sociedade, como a Dívida Externa;
- h) carência de infra-estrutura para garantir a funcionalidade do Movimento;
- i) um crescente distanciamento entre dirigentes e a população, por erros metodológicos e ausência de formação.

27 - Considerando as inúmeras dificuldades históricas e estruturais do Movimento Popular e os desafios que a conjuntura impõe, algumas tarefas apresentam-se como fundamentais para enfrentar tais desafios e alterar o pequeno peso político que o Movimento Popular ainda possui no cenário nacional. Entre elas, destacamos:

- a) Multiplicar e qualificar dirigentes e lideranças representativas e legítimas, aumentando a qualidade do trabalho de base e de massas;
- b) Criar alternativas de auto-sustentação financeira para suas estruturas e para o Movimento;
- c) Construir direções coletivas, com capacidade de mobilizar e articular o conjunto do Movimento;
- d) Garantir a autonomia do Movimento Popular frente ao crescente processo de cooptação e clientelismo do Estado e de partidização e interferência dos Partidos, da Igreja e de outras instâncias;

e) Avançar no processo de unificação das lutas populares através de articulações pela base;

f) Criar e conquistar instrumentos de divulgação das lutas do Movimento Popular;

g) Articular as lutas e reivindicações específicas com as lutas gerais da sociedade;

h) Estabelecer uma relação de complementariedade e reciprocidade com o Movimento Sindical e Partidos Políticos comprometidos com os interesses da classe trabalhadora, resguardando as especificidades de cada um;

i) Realizar a formação no movimento a partir dos componentes culturais do povo brasileiro, trabalhando as dimensões afetiva, simbólica e corporal, integradas à dimensão política;

j) Considerar a cidade como expressão espacial do confronto Capital X Trabalho, enquanto uma possibilidade concreta de unificação do Movimento Popular, a partir daí, trabalhar para que o Movimento ultrapasse a etapa da reivindicação imediata e caminhe para apresentar propostas alternativas de organização global das cidades, de acordo com os interesses da maioria;

l) Transformar as entidades e grupos do Movimento em referências de massa, e, principalmente;

m) Consolidar a CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA de Movimento Popular, que tem como conteúdo o papel, o caráter e os princípios do Movimento Popular explicitados e praticados pelos setores combativos dos Movimentos Sociais Populares do Brasil nas últimas décadas.

III - CONCEPÇÃO DE MOVIMENTO POPULAR

28 - O principal desafio para o Movimento Popular é construir-se e consolidar-se enquanto um Movimento Estratégico. É na concepção de Movimento Popular que reside o eixo das propostas da ANAMPOS e que nos diferencia no Movimento.

29 - O Movimento Popular está abalado em sua atuação política pela conjuntura e vive uma crise de estrutura, uma vez que esta não respondendo a suas necessidades e, principalmente, à sua natureza, tanto a nível organizativo, quanto à sua origem e composição.

Apesar disto, para a ANAMPOS, o Movimento Popular é Estratégico porque:

30 - O Movimento Popular tem como papel a construção de um projeto global de organização e funcionamento das cidades, garantindo ao conjunto da população o acesso a questões como: ocupação do solo urbano, moradia, transporte, saúde, educação, lazer, etc. Deve também combater todo processo de acumulação capitalista, buscando acabar com as formas de marginalização e discriminação social. Por isto, o Movimento Popular combate as políticas capitalistas, enfrentando e desmistificando o Estado e seu caráter de classe, ao mesmo tempo que fortalece organismos e mecanismos de poder popular, rumo à construção de uma nova sociedade.

31 - O Movimento Popular atua principalmente no espaço urbano, que tem crescido muito e hoje já abriga mais de 70% da população brasileira;

32 - Ao mesmo tempo em que cresce a economia informal, diminui a capacidade do Movimento Sindical de atingir a massa que faz parte deste setor;

33 - É um espaço para enfrentar a prática clientelista e de cooptação que o Estado desenvolve junto à população e ao próprio Movimento;

34 - É um espaço de construção da consciência de classe;

35 - Sua ação não é simplesmente reformista, podendo chegar a níveis elevados de politização, conforme a forma que o Movimento encaminha sua reivindicação/luta;

36 - Apesar de suas debilidades, o Movimento Popular combativo já atua nesta perspectiva, quando luta contra a discriminação da mulher, do negro, das pessoas portadoras de deficiência, quando conquista melhorias nas condições de vida, quando luta pela ampliação da Participação Popular na Estrutura do Estado, alterando a correlação de forças e as relações de poder no Estado e fora dele.

37 - Portanto, em função destes elementos, acreditamos que o papel do Movimento Popular, ao lado do Movimento Sindical e junto à ação Político-Partidária mantendo sua autonomia e independência, é estratégico no processo de fortalecimento da organização popular, de conquistas sociais fundamentais, na elaboração e na reprodução de uma ideologia fundamentada nos interesses das classes dominadas. Enfim, estratégico no processo de luta e de acúmulo de forças para a transform

mação radical da sociedade. Quando dizemos que o Movimento Popular é Estratégico queremos dizer que ele aponta para mudanças estruturais e o estabelecimento de novas relações sociais na atual forma de organização do país.

38 - Para que o Movimento Popular cumpra este papel, é necessário um grau elevado de organização e mobilização das massas exploradas que são o centro da produção das riquezas do país e que estão excluídas, total ou parcialmente, dos benefícios desta produção. Isto significa que o caráter do Movimento Popular é de massas e ao mesmo tempo classista, ou seja, atua na perspectiva dos interesses da classe dominada.

39 - Nossa Conceção Estratégica parte de princípios que permitem estabelecer coerência política entre o papel e o caráter do Movimento Popular para atingir seus objetivos. Estes princípios são:

40 - Para garantir o caráter classista, o Movimento Popular precisa total e absoluta independência da Burguesia, representando os reais interesses das classes dominadas.

41 - A defesa da democracia no interior do Movimento se concretiza a partir do respeito às diferentes estruturas e instâncias, às decisões e aos processos de discussão necessários para que as definições sejam produto do amadurecimento do Movimento e não do vanguardismo. Na sociedade, o Movimento Popular precisa garantir permanentemente a democracia como elemento fundamental para o avanço dos Movimentos Sociais Populares.

42 - A representatividade e legitimidade das lideranças do Movimento Popular são garantidas pelo grau de inserção, pelo compromisso com os interesses do Movimento e pela relação democrática que elas estabelecem com suas instâncias.

43 - A Autonomia do Movimento Popular em relação ao Movimento Sindical, aos Partidos Políticos, ao Estado e às Igrejas é fundamental para assegurar legitimidade e a independência do Movimento.

44 - Nesta conjuntura, é inegável o avanço das transformações que vem sendo realizadas nas administrações populares, através da inversão da aplicação dos recursos públicos e da transparência dos governos e com a participação popular. Neste contexto, é necessário que os movimentos populares assegurem sua autonomia frente aos gover-

nos democráticos, garantindo a mobilização como forma de negociação, que poderá acontecer inclusive em contextos de conflito.

45 - É a partir destes princípios, do papel estratégico e do caráter de massas e classista que o Movimento Popular construirá sua identidade enquanto um Movimento Combativo.

46 - Que movimentos/grupos/entidades fazem parte do Movimento Popular? O espaço de atuação e o papel estratégico do Movimento Popular dentro de nossa concepção demonstram que os movimentos, entidades e grupos que compõem o Movimento Popular são mais amplos que as tradicionais organizações de Bairros, - as associações de Moradores.

47 - O Movimento Popular caracteriza-se pela variedade de formas de organização e pela possibilidade de mobilizar a população a partir de diferentes interesses, sejam eles ligados ao espaço da moradia até os que dizem respeito às discriminações raciais, físicas ou sexuais. As diversas formas de luta e organização dos Movimentos Populares são originárias das contradições capitalistas e expressam a luta dos setores explorados, e no âmbito da luta de classe apresentam perspectivas dos interesses históricos de libertação do nosso povo.

48 - Existem no Brasil inúmeras entidades (Associações de Moradores e similares) que têm como preocupações básicas a reivindicação de melhorias na qualidade de vida e a defesa dos direitos da população explorada a partir do local de moradia. Existem também Movimentos (de nível local ou mais amplos) mais específicos como o de Reforma Urbana, Saúde, Transporte Coletivo, Moradia, Ecológico, etc.; outros movimentos organizam-se na luta contra discriminação, como os Movimento de Negros, de Mulheres, Deficientes Físicos; e ainda existem Movimentos de Solidariedade Internacional aos povos em luta.

49 - Todos estes movimentos têm em comum o enfrentamento ao sistema capitalista e ao seu principal instrumento de dominação, o Estado, tanto a nível Municipal, como também Estadual e Federal. Estes enfrentamentos se dão na luta para que suas reivindicações sejam atendidas e contra a ideologia burguesa dominante, que discrimina negros, mulheres, deficientes e povos em luta pela libertação nacional (como em El Salvador e Nicarágua). Um de seus papéis fundamentais é construir a ideologia da classe dominada capaz de enfrentar a classe dominante e o Estado através do fortalecimento da cultura Popular, bem como transformar-se num forte aliado do Movimento Sindical na luta em

defesa dos trabalhadores e pela transformação da sociedade.

50 - Nenhum destes movimentos ou tipos de entidades é mais ou menos importantes para o conjunto do movimento. Também não é possível afirmar que determinados movimentos ou entidades são mais importantes por terem mais estrutura ou por serem permanentes.

51 - A importância de um determinado movimento ou entidade é medida pela capacidade de mobilização e pressão; pelo saldo político e organizativo de sua luta; pela importância estratégica do setor da estrutura capitalista onde atua; enfim, pela capacidade de cumprir seu papel.

IV - A ENTIDADE NACIONAL QUE QUEREMOS CONSTRUIR

52 - A conjuntura e a estrutura do Movimento Popular exigem a construção de uma articulação permanente entre os diferentes movimentos, entidades e grupos que formam o Movimento, pois já não é possível enfrentar a complexidade dos problemas de forma isolada e o grau de formulação e estrutura construídos até agora.

53 - Espontaneamente e desarticulados, esses movimentos não conseguirão desempenhar seu papel de forma eficaz. É fundamental criar estruturas adequadas à complexidade e ao dinamismo do Movimento Popular. Aglutinar, articular e direcionar as forças (hoje dispersas) do movimento é condição para seu avanço.

54 - É necessária uma Entidade Nacional que seja capaz de centralizar o processo de fortalecimento e construção do Movimento Popular. Não se trata de criar um "aparelhão milagroso" para resolver todos os problemas que o Movimento Popular vive desde sua origem, que queremos é dar um passo decisivo no processo de construção da identidade do "seu" pólo combativo. Ele precisa tornar-se massivo e superar os vícios e concepções políticas que o jogaram no imobilismo e no aparelhismo. É preciso criar uma nova dinâmica e consolidar práticas democráticas que derrotem o fisiologismo impregnado no Movimento Popular.

55 - Precisamos criar uma Entidade Nacional que seja representativa do pólo combativo do Movimento Popular, identificada, de fato, com os princípios que apresentamos antes.

56 - Sua estrutura deverá ser capaz de abrigar as diferentes formas de organização dos movimentos, mantendo a especificidade e o caráter de cada organização, sem pretender uniformizar mas, sem vida, unificar a luta a nível municipal, estadual e nacional.

57 - Cada organização filiar-se-á na instância mais próxima, seja municipal, estadual ou nacional, com prioridade para a filiação da entidade numa instância da central a nível municipal, com um reforço ao trabalho de base das entidades locais. A política de filiação será definida pela Central. A filiação e a garantia da participação das organizações, incluindo aí oposições reconhecidas pela Central deverá ser definição da base de cada organização, através de Assembléias e Congressos e não por decisão burocrática e autoritária de uma Diretoria. Isto porque acreditamos que é no processo de luta e discussão que se politiza.

58 - Precisamos de uma entidade que seja capaz de construir uma relação de complementariedade na luta com o Movimento Sindical combativo e classista, sem perder sua autonomia e especificidade. Uma entidade com este perfil e caráter exige uma Central do Movimento Popular. Mas por que uma Central?

59 - A expressão Central contém a idéia de centralidade de força de Direção, de algo unificado. Estes elementos são necessários para que o Movimento Popular e suas estruturas transformem-se em referências combativas. Além disto, e talvez mais importante, é o conteúdo ideológico que a palavra Central significa no Brasil, conteúdo este construído pelo Movimento Operário Internacional ao longo de sua história e expresso pela Central Única dos Trabalhadores - CUT - em nosso país.

60 - Falar em Central Sindical na América Latina, ou de CUT no Brasil é falar de força, resistência, combatividade, vitórias e unificação da Luta Sindical. É claro que não basta herdar este conteúdo sem reforçá-lo com a prática de luta que nossa concepção Estratégica possui. Porém construí-la nesta perspectiva e com o referencial de Central como a CUT é dar mais um passo firme na direção do Movimento que queremos. Mas por que CENTRAL DO MOVIMENTO POPULAR?

61 - A expressão Movimento Popular pressupõe um entendimento específico de seu papel e composição. Aqui, ela abrange todos os movimentos que atuam na mesma linha. Ora, se o papel dos movimentos

é garantir e conquistar melhorias de vida para a população e sua atuação se dá ao nível de Bairro, logo, seu primeiro enfrentamento é com o Estado, enquanto instrumento dos interesses da burguesia, mas também entra em confronto direto com o próprio capital quando ocupa terras por exemplo. Afinal, é o Estado o responsável pelos equipamentos e serviços para a população como máquinas, transportes, escolas, praças, etc... É também o Estado o responsável pela circulação e abastecimento de mercadorias que serão consumidas pela população, etc... Mas existem outros movimentos que não são necessariamente de Bairros, como de Negros, Deficientes, Ecológicos, Mulheres, etc... O que eles teriam em comum com o movimento de Bairro? Vejamos: se a questão central destes movimentos é a luta contra a discriminação racial, física, sexual, etc..., esta luta é contra a ideologia burguesa que é dominante no capitalismo, e que ainda subsiste em sociedades com novas estruturas devido à cultura e educação herdadas das antigas classes dominantes. Esta Ideologia Burguesa é ao mesmo tempo um sustentáculo para o Estado manter sua imagem de "juiz" e de "neutralidade", na sociedade também é um dos reprodutores desta ideologia. Tudo isto para mascarar o caráter de classe do Estado.

62 - Portanto, um dos elementos que unifica estes movimentos é a luta pela conquista de melhores condições de vida e pela construção da ideologia dos trabalhadores enquanto classe, a partir do espaço da circulação e consumo de mercadorias e de bens e serviços coletivos, que garantem parte da Reprodução da Força-de-Trabalho.

63 - O que caracteriza um movimento como Popular não é a forma como se estrutura, mas sim, o papel que esses movimentos desempenham na sociedade. Portanto, não são apenas Associações de Moradores que por terem sua estrutura comum, devem ser privilegiadas como formas mais importantes de Movimento Popular.

64 - além disto, são os interesses dos moradores que os levam a mobilizarem-se e lutarem, ou seja, uma moradora de um bairro pode não sensibilizar-se pela conquista de infra-estrutura, mas, pode envolver-se na luta das mulheres contra a discriminação, ou qualquer outra forma de luta, e que não necessariamente são desenvolvidas por entidades como Associações de Moradores.

68 - E, por fim, porque há necessidade de articular entre si as diferentes especificidades dos diversos movimentos populares e também o que lhes é comum, a partir de seu interesse de classe dominada. É necessário que no interior de cada entidade ou movimento popular, estejam presentes o conjunto de reivindicações formuladas pelos trabalhadores, ou seja, ao levar uma luta pela melhoria do transporte coletivo, que é uma luta específica, o movimento deve também abordar reivindicações de outros segmentos da classe explorada (mulheres, pessoas com deficiências, negros), questionando, por exemplo, a discriminação da mulher, do deficiente no mercado de trabalho; questionando ainda as condições de trabalho dos profissionais em transporte coletivo, em função da garantia da saúde, etc.

Vitória, 04 de setembro de 1989